



# ELLO



PORTE  
PAGO

ANO IV  
ABRIL  
N.º 59  
1978  
MENSAL  
PREÇO 10\$00

## Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA  
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas  
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)  
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

### EDITORIAL

A passagem do 4.º aniversário do 25 de Abril é também a passagem do 4.º aniversário do fim da guerra colonial.

Completados que são quatro anos de paz, as hesitantes vozes que sempre murmuraram de descontentamento com o fim da guerra levantam-se já, sem hesitações e em cerimónias públicas e oficiais, condenando os autores da paz, relembrando e enaltecendo os promotores da guerra e aproveitando para lançar um apelo ridículo à mobilização para a desforra e a reconquista.

Isto aconteceu no passado dia 9 de Abril, quando se comemorava no Mosteiro da Batalha a passagem do 60.º aniversário da Batalha de La Lys da I Grande Guerra. Proferindo uma alocução que pouco ou nada tinha a ver com as comemorações em causa, um sócio da Liga dos Combatentes exaltou a justeza da guerra colonial e a política de quem a promoveu, apontando como exemplo o nome de Salazar.

A A. D. F. A., como legítima representante de todos aqueles que na guerra colonial ou em relação directa com esta perderam a vida ou ficaram deficientes, não pode ser insensível a estas tentativas, embora desesperadas, de fazer ressuscitar todo um estado de coisas a que o 25 de Abril de 1974, em boa hora, pôs termo. Assim o fizemos sentir já às autoridades deste País que foram, tal como todos os portugueses, insultadas num acto público por elas próprias presidido. Ao Primeiro Ministro, representado na cerimónia na pessoa do Ministro da Defesa Nacional, a Associação fez logo sentir os seus profundos protestos pelo sucedido.

Fácil é reconhecer o quanto ridícula foi a alocução proferida no Mosteiro da Batalha e só por isso o nosso silêncio seria a melhor resposta. Mas preocupamo-nos pelo facto dessa ridícula alocução ter sido proferida num acto público e oficial, onde se encontrava representado o Primeiro Ministro deste País, pela confusão que pode gerar em alguns espíritos e pelas interpretações erradas que pode suscitar. Foi só por isso que essa desgraçada e ridícula alocução não teve o nosso merecido silêncio.

25 DE ABRIL

## 4.º ANIVERSÁRIO — DIA DE FESTA E DE REAFIRMAÇÃO DE VENCER

Quatro anos são passados sobre o data histórica do 25 de Abril de 1974; quatro anos sobre um acontecimento bem presente na memória dos portugueses; quatro anos sobre uma data que a história escolheu para si e nos deu o privilégio de presenciar e viver.

O 25 de Abril de 1974, um dos marcos mais importantes da História de Portugal, para além de uma promessa e uma esperança de uma vida melhor, provocou alterações imediatas na vida do Povo Português, tal como o fim da guerra colonial, que nem todo o actual empenho das forças do passado consegue subestimar.

Ao mesmo tempo que assegurava que não mais vidas inocentes se perderiam numa guerra sem sentido, o 25 de Abril criou a perspectiva de uma sociedade mais justa, que em muitos aspectos foi já construída com o próprio

esforço e participação dos mais interessados.

Comemorar o 25 de Abril, no momento da passagem do seu 4.º

opressão do fascismo, tudo jogaram, pondo em risco a própria vida.

Comemorar o 25 de Abril, numa expressão

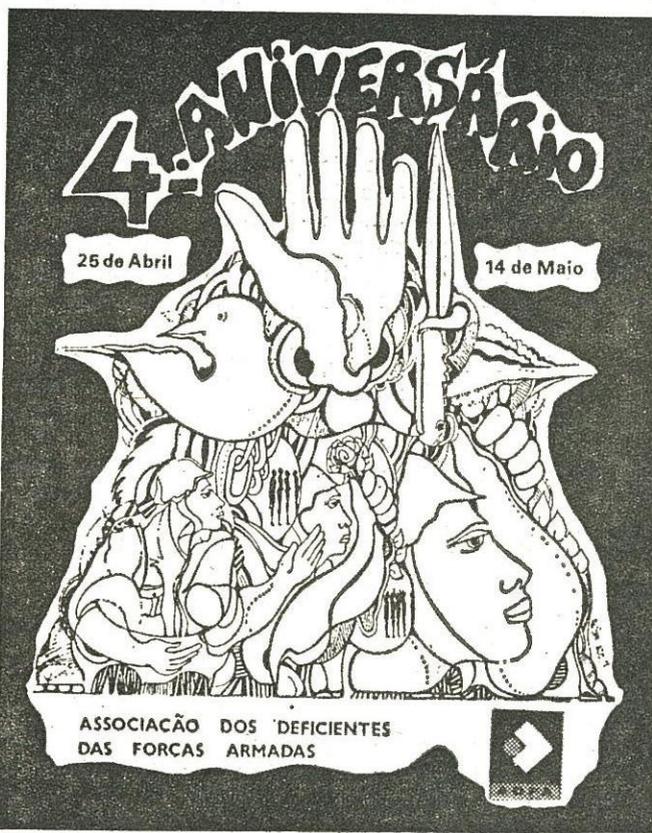
mais justa, de uma sociedade à sua própria medida.

Cada aniversário do 25 de Abril que vai passando constitui o reafirmar do corte histórico com o passado; constitui a consolidação de um novo tipo de vida; constitui o reforço de uma esperança que na madrugada da revolução dos cravos encheu o peito dos portugueses.

Há quem não esteja interessado em comemorar o 25 de Abril. São aqueles que perderam privilégios e perderam o domínio do povo explorado; são aqueles que perderam grandes negócios por força de uma guerra que terminou; são aqueles que, duma maneira ou doutra, viviam do suor de quem trabalha.

Para esta minoria que dominava, o 4.º aniversário do 25 de Abril, logicamente, não será uma festa.

(Continua na 2.ª pág.)



aniversário, é lembrar e homenagear os capitães de Abril que, no gesto de libertação do Povo Português da

popular e activa, é reafirmar a intenção do Povo Português em prosseguir na construção de uma sociedade

## ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

APROVADO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO SECRETARIADO NACIONAL E RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO CENTRAL DE 1977

APROVADAS PROPOSTAS DE PARTICIPAÇÃO DA ADFA NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL E NO 1.º DE MAIO

Realizou-se, no dia 8 de Abril, a Assembleia Geral Nacional Ordinária da Associação, na sede em Lisboa. Da ordem de trabalhos constava a ratificação pela Assembleia de um elemento nomeado para o Conselho Fiscal Central e a apreciação do Relatório de Actividades do

Secretariado Nacional e Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo parecer do Conselho Fiscal Central.

O elemento do Conselho Fiscal, José Gabriel, foi ratificado pela Assembleia e os relató-

(Continua na 4.ª pág.)

A ADFA  
PARTICIPA NAS JORNADAS  
DE LUTA  
DO 1.º DE MAIO

# 25 DE ABRIL



(Continuação da 1.ª pág.)

Mas para o Povo Português, para os que se libertaram do domínio opressor do fascismo, para os que já não veem os seus filhos ir à guerra e não voltarem ou regressarem defi-

cientes, para os que se encontram empenhados, na luta do dia a dia, na construção do seu próprio futuro o 4.º aniversário do 25 de Abril é um dia de festa e de reafirmação da vontade de vencer.

A ADFA, cujos associados são causa próxima do 25 de Abril, e que é, ela própria, ao mesmo tempo, causa e fruto da revolução dos cravos, assume o papel que lhe compete, cumprindo o seu dever de se

empenhar totalmente nas comemorações do 4.º aniversário do 25 de Abril.

A participação da ADFA assume diversos aspectos, de que damos notícia noutro local deste número.

## ENCONTRO ENTRE AS DIRECÇÕES DA ADFA E DA APD

No prosseguimento de contactos anteriores e de uma solicitação nesse sentido por parte da ADFA, realizou-se no passado dia 22 de Março uma reunião entre a Direcção Central da ADFA e a Direcção da Associação Portuguesa de Deficientes, na sede desta no Largo do Rato.

O ponto fundamental da ordem de trabalhos desta reunião foi a necessidade da criação de um órgão inter-associações de deficientes, capaz de representar todos os deficientes portugueses e ser um interlocutor válido junto do Governo e dos órgãos de decisão em matéria de reabilitação e integração social de deficientes.

Os resultados deste primeiro encontro não foram tão positivos como seria de esperar, já que a Direcção da ADFA se mantém relutante a esta ideia. Não se tendo, contudo, esta Associação pronunciado definitivamente sobre este projecto, ficou de fazê-lo até 15 de Abril.

Esperamos que a APD seja sensível a esta ideia da ADFA, pronunciando-se no sentido do interesse dos deficientes portugueses.

Entretanto a ADFA está em contacto com outras organizações de deficientes, nomeadamente Associação dos Deficientes Sinistrados no Trabalho que está receptiva a esta iniciativa.

A Associação dos Deficientes Sinistrados no Trabalho e a ADFA são as duas Associações de Deficientes mais representativas do País, quer pelo número de sócios que cada uma tem inscritos, quer pela representatividade em si de grandes sectores de deficientes. Recorde-se que o número de deficientes sinistrados no trabalho é da ordem das centenas de milhares.

## O QUE É UM DEFICIENTE MENTAL?

A Associação de Pais e Amigos dos Alunos da Escola de Cedros, escola que se dedica ao ensino de crianças deficientes mentais, no seu Boletim de Janeiro passado, apresenta um artigo extenso em que se pretende definir em termos claros e simples o conceito de deficiência mental. Eis um pequeno extracto desse artigo:

«Historiando um pouco a evolução do conceito, encontramos como primeira designação da dificuldade de acompanhar o crescimento físico com a aquisição da operacionalidade intelectual própria do evoluir no tempo o termo de oligofrenia (etimologicamente: pouca mente). Estigma de uma falta que se repercute seriamente na capacidade de adaptação ao meio e na possibilidade de alcançar um rendimento médio de trabalho, cedo se tornou — a palavra oligofrenia — um sinónimo de inferioridade e uma razão para a marginalização social. Os oligofrénicos constituíam o grupo de pessoas que as famílias, «por vergonha», escondiam da observação dos estranhos; que as instituições «de caridade» arrecadavam em asilos; que a sociedade em geral procurava ignorar; que os empregadores recusavam; e que alguns utilizavam para exibir a miséria humana para chamar a atenção do próximo, ou para divertir os outros nas horas de ócio (todos recordam a figura do «bobo da corte»).

### DECLARAÇÃO DOS DIREITOS GERAIS E PARTICULARES DOS DEFICIENTES MENTAIS

Dado que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada pelas Nações Unidas, proclama que todos os seres humanos sem qualquer distinção, gozam de direitos iguais e inalienáveis de dignidade humana e de liberdade;

Dado que a Declaração dos Direitos da Criança, adoptada pelas Nações Unidas, proclama os direitos da Criança atrasada física, mental, ou socialmente,

ao tratamento, à educação e aos cuidados requeridos pelo seu estado;

A Liga Internacional das Associações de Ajuda aos Atrasados Mentais proclama em 24 de Outubro de 1968, os direitos gerais e particulares do Deficiente Mental, como segue:

Art.º I — O deficiente mental tem os mesmos direitos fundamentais que os outros cidadãos do mesmo País e da mesma idade.

Art.º II — O deficiente mental tem direito aos cuidados médicos e aos tratamentos físicos apropriados ao seu estado, assim como à educação, à instrução, à formação, readaptação e aos conselhos que o ajudarão a desenvolver ao máximo as suas capacidades e aptidões, seja qual for a gravidade do seu atraso. Nenhum deficiente mental deve ser privado dessa assistência, pelo elevado encargo financeiro que ela representa.

Art.º III — O deficiente mental tem direito à segurança económica e a um nível de vida decente. Tem direito de executar um trabalho produtivo e a exercer qualquer outra ocupação útil.

Art.º IV — O deficiente mental tem o direito de viver no seio da sua família ou num lar que a substitua, de participar em todas as formas de vida comunitária e de frequentar actividades recreativas compatíveis com o seu estado. Se o seu internamento, em estabelecimento especializado for necessário o meio e as condições de vida ser o mais próximo possível das da vida normal.

Art.º V — O deficiente mental deve poder beneficiar de uma tutela qualificada logo que isso seja indispensável para a protecção da sua pessoa e dos seus bens. Nenhuma pessoa que se ocupe directamente do deficiente mental deve ser considerada como seu tutor.

Art.º VI — O deficiente mental deve ser protegido contra a exploração, abuso ou tratamento degradante. Se for objecto de perseguições judiciais, deve beneficiar de um procedimento regular que tenha pleno conhecimento do seu grau de responsabilidade.

Art.º VII — Dada a gravidade do seu atraso, alguns deficientes mentais não são capazes de exercer, efectivamente, o conjunto dos seus direitos. Para outros, uma limitação desses direitos ou mesmo a sua supressão, pode ser necessária. O procedimento utilizado com o fim dessa limitação ou supressão, deverá conter medidas de protecção legais e adequadas ao deficiente mental, contra toda a forma de abuso. Será baseada numa avaliação, feita por especialistas qualificados, das suas especialidades sociais. Esta limitação ou supressão dos direitos, será submetida a revisões periódicas e dará direito de apelação às autoridades superiores.

ACIMA DE TUDO — O ATRASADO MENTAL TEM DIREITO AO RESPEITO.

(Proclamação em Outubro de 1968 em Jerusalém e aprovados pela O. N. U. em 18 de Março de 1971).

## 2.º ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

A ADFA assinalou a passagem do 2.º aniversário da promulgação da constituição da República Portuguesa, tendo enviado um comunicado aos órgãos de informação em que considera que só os capitães de Abril e a luta do Povo Português possibilitaram a elaboração e aprovação da Lei fundamental, que consagra os direitos e liberdades essenciais e permite aos explorados deste País poderem organizar-se e lutar livremente pelos direitos que até então sempre lhes foram negados.

Neste comunicado a ADFA repudia todas as tentativas que visem destruir a Constituição ou esvai-la do seu conteúdo e apela a todas as forças democráticas que se unam em torno da sua defesa.

## MINISTRO DA DEFESA NACIONAL RECEBEU A DIRECÇÃO DA ADFA

O Ministro da Defesa Nacional, coronel Firmino Miguel, recebeu, no passado dia 27 de Março, a Direcção Central da Associação.

Esta entrevista, solicitada já há muito pela ADFA tinha como objectivo apresentar ao Ministro da Defesa, vários problemas relativos à Associação e aos deficientes das Forças Armadas.

As questões tratadas dizem respeito aos trabalhos em curso de revisão do decreto-lei n.º 43/76, ao projecto de lei dos grandes deficientes, Pensões de Preço de Sangue, Estatuto Geral da

Aposentação e Oficina de Próteses da delegação da Associação no Porto.

Sobre este último assunto, a Associação apresentará brevemente um dossier ao Ministro da Defesa Nacional, a fim de se encontrar forma de alterar o modo como estão a ser adjudicados os trabalhos relativos à colocação e reparação de próteses de deficientes das Forças Armadas pelo Hospital Militar do Porto, modo esse que tem vindo a lesar tanto os deficientes como a Oficina de Próteses da Associação.

## 2.º ALMOÇO PISCATÓRIO EM ÉVORA

A semelhança do sucedido no ano passado, a delegação da Associação em Évora vai promover, no próximo dia 25 de Junho, um almoço piscatório. Esta iniciativa integra-se no programa da feira de S. João.

As inscrições para este concurso de pesca, que se realiza na barragem de Vale de Moura, estão abertas a partir do próximo dia 1 de Maio na delegação da Associação em Évora.

Os concorrentes melhor classificados receberão taças e outros prémios.

# PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO À CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTÁ A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR.

PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTA-LA / EM SEGUIDA

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

## DA RESISTÊNCIA...

Era uma vez um país  
onde o pão era contado  
onde quem tinha a raiz  
tinha o fruto arrecadado  
onde quem tinha o dinheiro  
tinha o operário algemado  
onde suava o ceifeiro  
que dormia com o gado  
onde tossia o mineiro  
em Aljustrel ajustado  
onde morria primeiro  
quem nascia desgraçado.

Era uma vez um país  
de tal maneira explorado  
pelos consórcios fabris  
pelo mando acumulado  
pelas ideias nazis  
pelo dinheiro estragado  
pelo dobrar da cerviz  
pelo trabalho amarrado  
que até hoje se diz  
que nos tempos do passado  
se chamava esse país  
Portugal suicidado



Lá na última das celas  
nódoa negra de acoites  
não há dias não há noites  
porque as noites têm estrelas.

Lá só há sombra que dói.  
Sombra e brancura dum osso  
que o preso remói, remói  
no fundo do seu poço.

Lá quando o vierem buscar  
amanhã, depois ou logo,  
terá na alma mais um fogo,  
mais uma chama no olhar.

Chamava-se Catarina  
O Alentejo a viu nascer  
Serranas viram-na em vida  
Baleizão a viu morrer.

Ceifeiras na manhã fria  
Flores na campa lhe vão pôr  
Ficou vermelha a campina  
Do sangue que então brotou

Acalma o furor campina  
Que o teu pranto não findou  
Quem viu morrer Catarina  
Não perdoa a quem matou

Aquele pomba tão branca  
todos a querem p'ra si  
O Alentejo queimado  
Ninguém se lembra de ti

Aquele andorinha negra  
Bate as asas p'ra voar  
O Alentejo esquecido  
Inda um dia hás-de cantar.

## GRÂNDOLA, VILA MORENA

Grândola vila morena  
terra da fraternidade  
o povo é quem mais ordena  
dentro de ti ó cidade.

Dentro de ti ó cidade  
O povo é quem mais ordena  
terra da fraternidade  
Grândola vila morena

Em cada esquina um amigo  
Em cada rosto igualdade  
Grândola vila morena  
terra da fraternidade

Terra da fraternidade  
Grândola vila morena  
Em cada rosto igualdade  
O povo é quem mais ordena.

A sombra duma azinheira  
Que já não sabia a idade  
Jurei ter por companheira  
Grândola a tua vontade

Grândola a tua vontade  
Jurei ter por companheira  
A sombra duma azinheira  
Que já não sabia a idade

Foi então que Abril abriu  
as portas da claridade  
e a nossa gente invadiu  
a sua própria cidade.

Agora que já floriu  
a esperança na nossa terra  
as portas que Abril abriu  
nunca mais ninguém as cerra.

Foi esta força viril  
de antes quebrar que torcer  
que em vinte e cinco de Abril  
fez Portugal renascer.

Poemas de: JOSÉ CARLOS ARY DOS  
SANTOS; LUÍS VEIGA LEITÃO;  
ZECA AFONSO

## ...À LIBERTAÇÃO

Capitão que não comanda  
não pode ficar calado  
é o povo que lhe manda  
ser capitão revoltado  
é o povo que lhe diz  
que não ceda e não hesite  
— pode nascer um país  
do ventre duma chaimite.

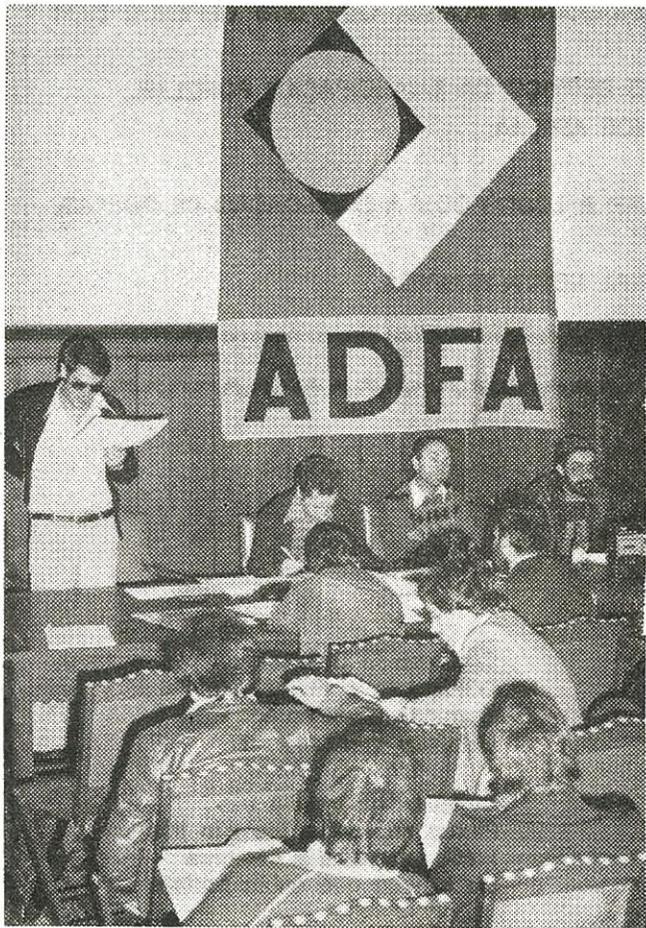


# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

(Continuação da 1.ª pág.)

rios do Secretariado Nacional e da Direcção Central foram aprovados.

No período de antes da ordem do dia foram apresentadas três propostas que foram aprovadas, sendo uma relativa à participação da Associação nas Comemorações do 25 de Abril, outra



Durante os trabalhos da Assembleia  
Foto: Farinho Lopes

relativa à participação da Associação nas jornadas do 1.º de Maio e a terceira à Comemoração do 4.º aniversário da Associação. Transcrevemos a seguir essas propostas, bem como os relatórios, contas e parecer do Conselho Fiscal.

## PROPOSTA SOBRE COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

Considerando que só com o 25 de Abril conseguimos alcançar alguns direitos por que há muito vinhamos lutando, nomeadamente os de reunião e Associação de que esta Assembleia é uma prova;

Considerando que só com o 25 de Abril foi possível iniciar um verdadeiro processo de reintegração, o que constitui o direito mais alto a defender e a valorizar;

Considerando que a manutenção dos direitos já alcançados e dos que ainda não conquistámos só serão possíveis mantendo os ideais de Abril no espírito da sociedade portuguesa;

Considerando que ao pôr termo à guerra colonial, o 25 de Abril permitiu que não fôssemos ainda mais os muitos deficientes que hoje somos;

## PROPOSTA SOBRE O 1.º DE MAIO

Considerando que o 1.º de Maio é tradicionalmente um dia de luta e de unidade dos trabalhadores pela melhoria das condições de vida, pelo fim da exploração, numa palavra — pela emancipação das classes trabalhadoras;

Considerando que a reabilitação dos deficientes e a sua integração na sociedade é parte integrante da luta mais geral de todos os trabalhadores;

Considerando que, a exemplo dos anos anteriores,

Considerando, finalmente, que não queremos ver a ADFA projectada numa futura União dos Inválidos da 1.ª Grande Guerra, que viu perderem-se no tempo, um a um, os direitos que inicialmente adquiriu e cujo exemplo deve constituir para nós um alerta.

Proponho que seja aprovada por esta Assembleia a seguinte recomendação:

Que a Direcção Central estude as formas mais convenientes e consequentes de uma participação activa da ADFA nas comemorações do 25 de Abril, se possível a nível nacional, no sentido de sensibilizar o Povo Português para o problema dos deficientes e fundamentalmente dinamizar o associativismo.

res, o movimento sindical se prepara para fazer do 1.º de Maio uma grande jornada de luta dos trabalhadores portugueses;

Tendo em conta os objectivos em linhas gerais definidos nestes considerandos, proponho:

Que a ADFA tenha em consideração o próximo 1.º de Maio, de molde a que o inalienável direito que os deficientes têm ao trabalho seja evidenciado nesse mesmo dia.

## PROPOSTA SOBRE O ANIVERSÁRIO DA A. D. F. A.

No próximo dia 14 de Maio passa mais um aniversário da nossa Associação — o 4.º aniversário.

O 14 de Maio, tal como o 25 de Abril e o 1.º de Maio são datas muito queridas para todos nós.

Nestes 4 anos de existência muitos são os factores positivos alcançados pela nossa Associação, embora a almejada meta ain-

da não tenha sido conseguida. Mas para atingirmos essa meta é necessário o esforço de todos nós.

Por tal, proponho que, reforçando-se a decisão tomada pelo Secretariado Nacional, o 4.º Aniversário da ADFA seja condignamente comemorado por todas as estruturas e todos os sócios da Associação.

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO SECRETARIADO NACIONAL

Nos termos da alínea d) do art.º 31 do Estatutos da A. D. F. A., compete ao Secretariado Nacional «elaborar o Relatório das suas actividades e apresentá-lo à A. G. N. ordinária».

A actividade do Secretariado Nacional, durante o ano de 1977, traduziu-se na realização de cinco reuniões, efectuadas, respectivamente, em 22.1.77 (Coimbra), 12.2.77 (Évora), 18.2.77 (Lisboa), 5.3.77 (Lisboa) e 1.10.77 (Lisboa). As primeiras quatro destas reuniões funcionaram dentro dos moldes previstos nos Estatutos provisórios que regeram a A. D. F. A., internamente, no período de 20.3.76 a 29.1.77, sendo a última realizada apenas em Outubro de 1977, devido ao facto de só em Junho do mesmo ano se terem realizado as eleições dos Corpos Gerentes da Associação, ao abrigo dos actuais Estatutos e se ter iniciado nessa altura o período de férias de Verão com o consequente afastamento da vida associativa da maioria dos elementos dos Corpos Gerentes.

Dadas as características de composição do Secretariado Nacional que funcionou até às eleições de Junho de 1977 — elementos normalmente desligados dos problemas concretos da gestão interna — não foi possível, neste período, abordar as grandes questões postas à A. D. F. A. a nível interno e externo, tendo-se o Secretariado limitado à discussão e aprovação do Orçamento da Associação para 1977.

Na reunião realizada em 22.1.77, e dado que se desconhecia ainda qual o subsídio que seria atribuído pelo Ministério da Defesa Nacional à A. D. F. A., o Secretariado Nacional decidiu-se por abordar os problemas internos a nível de gestão financeira e de pessoal, com vista a definir objectivos e planear o futuro com bases realistas e de modo a que, na aprovação do orçamento, em reuniões posteriores, cada zona pudesse justificar com dados concretos as necessidades orçamentais apresentadas. Com este objectivo, foi apresentado ao Secretariado pela Mesa uma extensa «Comunicação» que se pretendeu ser uma base de trabalho para o ano de 1977, tendo como pontos fundamentais o planeamento das acções a levar a cabo no campo económico-financeiro e de estabilização da vida interna da A.D.F.A. Foi aproveitada ainda esta reunião, para uma exposição, por parte dos secretariados das várias zonas, da situação de cada delegação, no capítulo de necessidades e actividades realizadas. Na Zona Centro foi realçada a necessidade de se encontrar instalações condignas e funcionais para a Delegação de Viseu. A Zona Sul referiu o esforço efectuado para a remodelação e reparação das instalações da Delegação de Évora, com vista a torná-las aptas a uma normal actividade associativa. Ainda no âmbito da Zona Sul, foi referido que a Delegação de Vila Real de

Santo António não estava a desenvolver qualquer actividade de prestação de serviços aos sócios da região, encontrando-se em curso, um estudo sobre a sua situação.

O Secretariado da Zona Norte salientou, ao relatar as suas actividades referentes a 1976, a entrada em funcionamento duma oficina de prótese, na Delegação do Porto, na qual haviam sido investidos 2 200 000\$00, e que, na opinião do mesmo Secretariado de Zona serviria para, a curto prazo, eliminar a exploração existente sobre os D. F.A.S. pelas oficinas comerciais do ramo. Foi, finalmente, referida a existência de contactos estabelecidos entre a Delegação do Porto e deficientes das Forças Armadas residentes em Chaves, no sentido de possível abertura duma Delegação naquela cidade.

Em relação à actividade desenvolvida na Zona de Lisboa, em 1976, a Direcção Central fez uma explanação sobre as actividades de cada serviço da Sede, realçando, por um lado, o excesso de pessoal e por outro, a falta de qualificação do mesmo.

Foi deliberado que as Zonas apresentassem na próxima reunião, relatórios de actividade de cada Delegação, relativos ao ano de 1976, e planeamentos de actividades para 1977.

Foi decidido ainda responsabilizar a Direcção Central pela apresentação ao Secretariado Nacional, numa próxima reunião, de um estudo para a criação de estruturas de apoio à C.P.R. e C.M.R.A.

Na reunião de 12.2.77, o Secretariado Nacional, verificando a necessidade da realização eleições de novos Corpos Gerentes para a A. D. F. A., de acordo com os novos Estatutos, prestes a serem publicados em «Diário da República», decidiu encarregar a M.A.G. da elaboração de um regulamento eleitoral, a apresentar em próxima Assembleia Geral Nacional. No que diz respeito à aprovação do orçamento para 1977, questão que constituiu o ponto principal da Ordem de Trabalhos, foi decidido que a atribuição das verbas às várias Zonas se fizesse de acordo com as seguintes directrizes: 1) canalizar as dotações das Delegações para as respectivas Sedes de Zona. 2) responsabilizar as Sedes de Zona pelo estudo quer da abertura de novas Delegações quer pelos encargos financeiros que a expansão descontrolada de pequenas Delegações possa acarretar. 3) Proceder à atribuição de dotações em duas (2) fases: 1.ª, necessidades fixas das Delegações; 2.ª, plano de investimentos e outros encargos sem carácter de obrigatoriedade. No tocante a esta 2.ª fase de atribuição de dotações, foi deliberado dar prioridade à resolução do problema das instalações da Delegação de Viseu, face à acção de despejo em curso e às deficientes condições das actuais instalações.

Na reunião do Secretariado realizada em 13.2.77 con-

tinuou-se a discussão do orçamento para 1977 iniciada já em anterior reunião, não se tendo podido chegar à efectivação da atribuição das respectivas verbas às várias Zonas, dada a complexidade dos elementos apresentados pela Delegação de Lisboa.

A reunião realizada em Lisboa, no dia cinco (5) de Março, foi integralmente dedicada, como havia sido decidido anteriormente, à elaboração do plano de orçamento para 1977 e à atribuição de dotações para as despesas fixas, que ficou assim decidida:

ZONA NORTE	
Delegação do Porto ...	2 028 000\$00
Delegação de Famalicão	237 000\$00
Delegação de Bragança	152 000\$00
Instalações da D. de Chaves .....	100 000\$00
<b>TOTAL .....</b>	<b>2 517 000\$00</b>
ZONA CENTRO	
Delegação de Viseu ...	335 000\$00
Delegação de C. Branco	161 000\$00
Delegação de Coimbra	302 000\$00
<b>TOTAL .....</b>	<b>798 000\$00</b>
ZONA SUL	
Delegação de Évora ...	312 000\$00
ZONA DE LISBOA	
Sede .....	5 746 000\$00
Delegação de A. do Heroísmo .....	315 000\$00
Delegação de Setúbal...	150 000\$00
<b>TOTAL .....</b>	<b>6 211 000\$00</b>

Extra orçamento foi atribuída à Delegação de Viseu uma verba no montante de 250 000\$00, destinados a instalações daquela Delegação.

Face ao aumento do custo de vida, previsto para o ano de 1977, o Secretariado Nacional decidiu ainda efectuar indexações de 15 por cento com a seguinte distribuição:

Zona Norte .....	423 000\$00
Zona Centro .....	105 000\$00
Zona Sul .....	38 000\$00
Zona de Lisboa ...	791 000\$00

Decidiu-se que os montantes correspondentes a estas indexações ficassem cativos à ordem do Secretariado Nacional. Foram criadas provisões no montante de 555 000\$00, verba que ficou também cativa à ordem do Secretariado Nacional.

Na última reunião de 1977, realizada em 1.10 o Secretariado Nacional discutiu e tomou decisões sobre uma ordem de trabalhos constituída pelos seguintes pontos: 1.º, Regulamento do Secretariado Nacional; 2.º, Abertura de

uma Delegação em Ponta Delgada — Açores; 3.º, Situação económica e financeira da A.D.F.A. A aprovação de um regulamento interno do Secretariado impunha-se à partida como instrumento indispensável, para o seu bom funcionamento e eficácia de trabalho. Nesse sentido o Secretariado aprovou, para vigorar de imediato, um documento de 18 pontos.

A abertura de uma Delegação da A.D.F.A. em Ponta Delgada — Açores, era uma aspiração que vinha sendo manifestada cada vez com mais insistência por parte de vários deficientes das Forças Armadas, sócios da A.D.F.A., e residentes naquele Distrito Açoriano. A Direcção Central, como Direcção de Zona de Lisboa, na qual estão integradas, para efeitos administrativos, as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, resolveu submeter o problema à consideração e decisão do Secretariado Nacional, no âmbito de competência que lhe confere a alínea g) do art.º 31 dos Estatutos; A discussão deste problema realizou-se na presença e com a participação activa, para efeitos de informação, de três dos sócios de Ponta Delgada que vinham tomando a iniciativa de reivindicarem para aquela Zona dos Açores uma Delegação da A.D.F.A. Relacionado com a situação financeira da A.D.F.A. foi decidido ainda, nesta reunião, que a Direcção Central apresentasse, em próxima reunião, uma proposta que estabelecesse a aplicação a dar aos subsídios, doações e outras receitas extraordinárias das várias delegações, uma vez que tal problema não se encontrava devidamente regulado e isso se impunha fazer a todo o custo:

Foi discutido, ainda o problema das relações de trabalho entre a Associação e os seus trabalhadores, a maior parte deles deficientes e sócios efectivos.

O secretariado encarregou a Direcção Central de apresentar, numa próxima reunião, um projecto de Acordo Colectivo de Trabalho Vertical destinado a abranger todos os trabalhadores ao serviço da A.D.F.A.

Ainda dentro dos seus poderes de definição da política financeira da A.D.F.A., previstos na alínea c) do art.º 31 dos Estatutos, o Secretariado Nacional autorizou a Delegação de Viseu a levantar os 37 000\$00 que lhe haviam sido atribuídos no orçamento, por indexação, ao mesmo tempo que concedeu à mesma Delegação, a seu pedido, um empréstimo de 40 000\$00 destinado a cobrir despesas gerais ficando aquela Delegação obrigada a apresentar ao Secretariado, documentos justificativos de tais despesas.

(Continua na pág. seguinte)

## ESTÚDIO FOTOGRÁFICO DA A. D. F. A.

FOTOGRAFIA A CORES E A PRETO E BRANCO

VENDA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

REPRODUÇÕES DE FOTOGRAFIAS MESMO MUITO ANTIGAS

REPORTAGENS EM CASAMENTOS, BAPTIZADOS, BANQUETES, ETC.

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

LARGO DE S. DOMINGOS — TEL. 36 21 67 LISBOA

# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

## INTRODUÇÃO

Pela primeira vez uma Direcção apresenta aos sócios, reunidos em Assembleia Geral, um relatório bastante desenvolvido sobre as várias actividades da Associação, incluindo serviços da sede e delegações.

Temos consciência de que este ainda não é o relatório que os sócios pretendem receber e que a actual Direcção Central teria pretendido elaborar, já que não contém vários dados, sobretudo estatísticos, que deveria conter e por isso é prejudicado no seu conteúdo, por menos explícito, e na sua própria estrutura, por menos linear.

O serviço de estatística que está em vias de instalação permitir-nos-á, no próximo ano, elaborar o relatório que os sócios pretendem e têm o direito de exigir.

Para além de pobre em dados, este relatório parecerá, à primeira vista, demasiado explicativo em relação às actividades que, afinal, são apenas de um ano. Isso fizemo-lo deliberadamente. Uma leitura dos relatórios das gerências anteriores — relatórios tipo resumo — levou-nos, para uma melhor compreensão, a tentar situar as actividades de 1977 com referências aos princípios e intenções iniciais da Associação nos vários domínios e, em alguns casos, com breve historial de actividades dos anos anteriores.

Pretendemos, deste modo, levar aos sócios menos assíduos e menos informados, através deste relatório, uma imagem real e ampla do que foram as actividades em 1977, dando-lhes, ao mesmo tempo, uma ideia das várias actividades já desenvolvidas pela Associação.

Em Assembleia Geral Nacional, realizada em 29 de Janeiro de 1977, em Coimbra, foram aprovados os actuais Estatutos da Associação que vieram marcar, nitidamente, o ultrapassar da crise de crescimento da ADFA aberta em 1976. Os presentes Estatutos, publicados no Diário da República de 11 de Abril de 1977, representam a resposta cabal para quem erroneamente pensava não ter a Associação força suficiente para vencer as suas próprias contradições. Assim, pode considerar-se, com a aprovação dos novos Estatutos, que o ano de 1977 representa o princípio da estabilização a longo prazo, permitindo a actual base estatutária um crescimento harmonioso da Associação com um reforço da sua base de apoio e da sua capacidade de intervenção.

A estrutura estatutária da Associação, com o poder executivo indispensável da Direcção Central, e, ao mesmo tempo, uma descentralização efectiva, a nível de Direcções de Zona, é, e o teste foi já feito em 1977, a tradução real da Associação no seu todo nacional, tal como nasceu e se desenvolveu, espontaneamente, quando os primeiros Estatutos não previam os mecanismos próprios dessa implantação a nível nacional.

Os sócios, com os presentes Estatutos, podem contar com uma Associação mais forte e que lhes dará, mais adequadamente, a resposta às suas solicitações, ao mesmo tempo que lhes é exigido o cumprimento escrupuloso dos seus deveres de associados na razão directa do prestígio e grandeza da organização que os defende.

A gerência de 1977 caracteriza-se por ter sido da responsabilidade de duas Direcções. A primeira Direcção, surgida por proposta do Secretariado Nacional à Assembleia Geral, na sequência de vários problemas internos, teve como objectivo fundamental a reestruturação dos quadros de pessoal da sede e organização dos serviços internos, com característica de interregno, tendo em conta o período eleitoral de Maio de 1977.

## RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO CENTRAL DE 1977

Dadas as condicionantes em que a primeira Direcção foi empossada, e a sua própria composição, a primeira meta-de de 1977 constituiu um longo período de amolecimento do poder de intervenção da Associação a nível externo e no plano interno uma deficiente ligação às Zonas e seus órgãos sociais, com a consequente dificuldade de diálogo imprescindível entre a sede e as delegações espalhadas pelo País.

Em 4 de Junho de 1977 foram eleitos os Órgãos Sociais Centrais, nos termos dos Estatutos, depois de um período eleitoral em que os sócios tiveram oportunidade de ser esclarecidos sobre duas opções que a Associação parecia à primeira vista, poder comportar dentro de si própria. A eleição, mais do que a escolha de pessoas foi a adopção de um programa que, depois da eleição, deixou de ser da lista eleita para se transformar no programa da Associação para os dois anos seguintes — um programa que vinha em linha directa de toda a actualização da Associação desde o início e dos seus próprios princípios.

### II

#### ACTIVIDADES INTERNAS

A uma preocupação de crescimento acelerado da Associação, característica dos anos de 1974 e 1975, e a uma tomada de consciência e reflexão internas, características de 1976, correspondeu uma preocupação de estruturação dos serviços internos em 1977, marcadamente imprimida pela Direcção anterior e acentuada pela actual Direcção Central logo que entrou em funções.

Esta preocupação dominante de estruturação dos serviços internos da Associação teve, no entanto, como reflexo não só uma travagem no crescimento e expansão da Associação, como um apagamento da sua imagem no exterior, ao ponto de alguns sectores da população se interrogarem se a ADFA ainda existia. Consciente disto, a Direcção Central preocupou-se, desde início, com a projecção da ADFA no exterior, com a sua verdadeira dimensão e ocupando o lugar a que ascendeu no processo nacional de integração social dos deficientes.

Em 1977 foi preparado um projecto de redimensionamento dos serviços centrais e delegações da Associação, o qual viria a transitar para 1978 para aprovação pelo Secretariado Nacional, dando-lhes a medida e amplitude correspondente às funções exigidas, bem como uma afectação racional de trabalhadores, em que a quantidade é prejudicada em favor da qualidade. Com a aplicação desse projecto prevê-se uma sincronização de serviços e funções garante de que a estrutura da Associação funcione como uma máquina capaz de dar resposta eficiente às solicitações dos sócios.

Sendo a redução da estrutura um imperativo das cada vez mais limitadas fontes de financiamento da Associação, isso proporciona, no entanto, uma máquina mais leve, que, des congestionada e desburocratizada, permite uma mais rápida resposta aos problemas que se põem à Associação, dado que é compensada pela qualidade e eficiência.

Em 1977 encerraram as delegações de Vila Real de St.º António e Peniche, devido à sua situação não estratégica em termos de aglomerados populacionais e abriu, por outro lado, uma delegação em Ponta Delgada — Açores que se tornava urgente, dada a situação geográfica daquela ilha. Na sede, no âmbito dos serviços administrativos e burocráticos, houve uma redução de

14 trabalhadores. Houve, por seu turno, aumento de pessoal noutros locais, mas apenas em sectores produtivos, como nas oficinas de próteses e marcenaria da delegação do Porto.

#### SECRETARIA

Uma das actividades dominantes, embora transitória, durante o ano de 1977, foi a revisão processual, já que através da Portaria n.º 197-77 o prazo veio a ser prorrogado até 22 de Junho de 1977, tendo sido ainda, depois desta data, encaminhados requerimentos de muitos casos especiais, nos termos da mesma Portaria. Um dos direitos dos deficientes, conseguido com a publicação do decreto-lei n.º 43-76, e possibilidade única, a revisão processual de muitos deficientes, cujos processos na altura dos acidentes ou doenças foram mal conduzidos ou erradamente concluídos, mereceu prioridade absoluta por parte da Associação, tanto a nível dos serviços centrais como das delegações. Durante o ano de 1977 foram elaborados e enviados às entidades militares competentes 1081 requerimentos de revisão processual, sendo 406 através da Zona de Lisboa, 375 através da Zona Norte, 250 através da Zona Centro e 50 através da Zona Sul. Cerca de 60 por cento dos requerimentos despatchados foram deferidos, aguardando-se ainda a conclusão final de muitos. De entre os indeferidos foram entrepostos, com assistência judiciária da Associação, 14 para o Supremo Tribunal Administrativo, dos quais, no fim de 1977, ainda não havia nenhuma resolução.

Para além das actividades relativas à elaboração dos requerimentos de revisão processual, os serviços de Secretaria da Associação colaboraram com o Ministério do Exército na emissão de cartões de DFA, interferiram na localização de processos militares de sócios nas unidades, acompanharam-nos na revisão, consultaram processos nas Unidades e estabelecimentos militares, Caixa Geral de Aposentações etc.

Coube ainda aos serviços de Secretaria a organização dos processos individuais de sócios para a sua admissão como sócios efectivos, bem como a actualização permanente de todos os processos individuais. Em 1977 inscreveram-se na Associação 1348 sócios, dos quais 1045 foram admitidos como sócios efectivos. Foram, através dos serviços de Secretaria da sede e delegações, elaborados vários requerimentos, a tratar de assuntos vários, desde as já referidas revisões processuais, actualizações de pensões, pedidos de novas juntas militares e pedidos de pensões de preço de sangue, num total de 4351.

Foram os serviços de Secretaria que tiveram mais contactos com os sócios, tendo, na Secretaria da sede, sido atendidos uma média de 30 sócios por dia. Dos 7353 ofícios expedidos dos serviços centrais, 3251 foram emitidos pela Secretaria. O número total de ofícios emitidos pela Associação, durante o ano de 1977, foi de 23 019.

#### ASSISTENCIA SOCIAL

Durante o ano de 1977 prosseguiu-se com o programa de assistência social a prestar aos sócios, sobretudo aqueles que se encontram em situações mais difíceis. Esta assistência, embora prestada em todas as delegações, situou-se sobretudo nas sedes de Zona e muito especialmente em Lisboa e Porto, com predominância para Lisboa.

O serviço de assistência social da sede, até Outubro de 1977, acumulou as funções de

recepção, cabendo-lhe, sobretudo esclarecer os candidatos a sócios sobre o que é a Associação e quais os seus direitos e deveres como sócios, assim como proceder ao levantamento das suas necessidades socio-profissionais e económicas.

Além de informações várias sobre os assuntos mais diversos, foi através deste serviço que muitos problemas postos pelos sócios à Associação foram resolvidos, tais como apoio directo na aquisição de habitação própria nos termos do decreto-lei n.º 43/76, compra de viatura própria nos termos do mesmo diploma e outros, com interferência junto de vários organismos tais como Caixa Geral de Depósitos, Caixa Nacional de Pensões, Fundo de Fomento da Habitação, Câmaras Municipais, etc. Houve ainda intervenção directa junto do Hospital Militar Principal com vista a internamentos, assistência médica e prótesica, deslocações ao Hospital Militar de Hamburgo (Alemanha) e deslocações para tratamento e recuperação a outros centros médicos da Europa.

Durante o ano de 1977 foram concedidos subsídios a sócios em situações de emergência no montante de 17 900\$00, provenientes do Fundo de Assistência Social constituído na sede com uma dotação mensal e destinado a valer a sócios em situações difíceis e transitórias, tendo sempre em vista a sua integração sócio-profissional.

Durante este ano foram atribuídos a sócios, com reconhecidas dificuldades de deslocação, de acordo com normas próprias, 288 250\$00, proveniente da Fundação Calouste Gulbenkian e destinados à aquisição de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e comparticipação na compra de viaturas próprias. Foram beneficiados por este subsídio 31 deficientes das várias regiões do País, todos com grandes deficiências motoras.

#### ASSISTENCIA MEDICA

A preocupação da Associação em proporcionar pelos seus próprios meios e dentro das suas limitadas possibilidades, assistência médica e medicamentosa aos sócios, sobretudo aqueles que não se encontram abrangidos por legislação militar ou por qualquer esquema de previdência, bem como aos seus familiares, manteve-se durante 1977, tendo todas as delegações desenvolvido esforços nesse sentido. Foi, contudo, Lisboa e Porto, com meios próprios vindos já dos anos anteriores, que facultaram aos sócios beneficiários no campo da assistência médica e medicamentosa através dos respectivos postos clínicos, pessoal técnico interno (médicos e enfermeiros) e através de hospitais e consultórios particulares de médicos colaboradores a título gratuito.

Nos serviços clínicos da Associação foram dadas a sócios e familiares 505 consultas sendo 223 em Lisboa e 282 no Porto. Em consultórios particulares de médicos colaboradores foram dadas 94 consultas, de várias especialidades, sendo 40 em Lisboa e 54 no Porto.

Obtiveram-se de vários laboratórios, gratuitamente, quantidades apreciáveis de medicamentos a fim de serem distribuídos por sócios não abrangidos por esquemas de previdência e sem assistência médica e medicamentosa militar. Em Lisboa foram recebidos medicamentos no valor de 182 803\$20. No Porto foram fornecidos a sócios e familiares medicamentos no valor de 84 733\$50.

Os serviços prestados pelos médicos da Associação e médicos colaboradores revestiram-se de grande utilidade

ainda quanto a relatórios e pareceres técnicos elaborados para melhor resolução de processos de sócios e em casos de necessidade de deslocação a clínicas estrangeiras para tratamento ou recuperação.

#### EMPREGO

Um dos maiores problemas que afecta os deficientes, senão o maior, é a dificuldade de acesso ao trabalho. Entre os sócios da Associação este problema é também dominante e, por conseguinte, desde cedo a Associação procurou criar meios próprios para poder reduzir a sua dimensão.

Foi um autêntico êxito aquilo que se conseguiu durante os anos de 1974, 1975 e 1976. A média mensal de 12 colocações de deficientes no mercado livre de trabalho que chegou a ser conseguido pela Associação surgiu como inacreditável aos olhos de quantos se habituaram a conhecer serviços e estruturas pesadas, tais como o Serviço Nacional de Emprego, CARP e outras que, especializados na orientação dos deficientes para o trabalho, dificilmente conseguiram uma colocação.

Em 1977, o serviço de Reabilitação Profissional da Associação, encarregado de proceder à inscrição dos sócios candidatos ao trabalho, estudar caso por caso e proceder à sua colocação em lugares compatíveis e adequados com as suas deficiências e habilitações, não conseguiu o êxito dos anos anteriores. Isto deve-se a dois motivos fundamentais: em primeiro lugar à substituição do responsável por este serviço, trabalhador dinâmico e incansável, por um trabalhador que não acertou minimamente com esta tarefa; em segundo lugar à cada vez maior crise de desemprego e consequente escassez de vagas nas empresas e organismos estatais, bem como ao ressurgimento, entre as entidades patronais e quadros de chefia, de um ambiente desfavorável à colocação de deficientes como trabalhadores, alegando-se que já têm uma pensão e não devem roubar o lugar a outro trabalhador desempregado ou que o deficiente não produz tanto como os outros trabalhadores.

Embora durante 1977 os resultados de colocação fossem desfavoráveis, efectuaram-se, contudo, contactos com sindicatos e empresas (25 pessoais e 262 por ofício) que acabaram por produzir os seus efeitos, sobretudo com os sindicatos, os quais foram sensibilizados para a necessidade de nos Acordos Colectivos de Trabalho defenderem a inserção de uma cláusula de quota obrigatória, isto é, que as empresas não se podem negar a admitir deficientes até uma determinada percentagem do seu pessoal e enquanto essa percentagem não estiver preenchida os deficientes terão prioridade de admissão.

Entretanto, durante 1977 inscreveram-se nos serviços centrais mais 123 sócios solicitando assim a intervenção da Associação para a sua colocação. De entre os sócios candidatos a trabalhadores inscritos na Associação, 65 por cento têm como habilitações literárias a 4.ª classe ou menos, o que dificulta sobremaneira a sua colocação. Apenas 11 por cento têm habilitações superiores ao Curso Geral dos Liceus.

As colocações através das delegações foram sempre difíceis, apesar do esforço desenvolvido pelos seus responsáveis, sendo de realçar, em 1977, os contactos feitos pela delegação de Setúbal com as empresas da cintura industrial daquela cidade e a actualização da delegação de Évora na sua Zona, que conseguiu colocar 3 deficientes.

Ainda no âmbito do emprego salienta-se a manutenção

de uma média de 18 postos de trabalho (tarefa) na linha de embalagem de produtos JOHNSON, em Lisboa, que, embora não se trate propriamente de um emprego, proporcionou a cada trabalhador uma remuneração mensal média de 9000\$00. Aqui têm sido ocupados deficientes, sobretudo grandes deficientes, que aguardam a sua colocação no exterior em lugares estáveis e compatíveis.

Um outro tipo de tarefa proporcionou em 1977 uma remuneração razoável (50\$00 à hora) a uma média de 4 deficientes que desde 11 de Março exerceram funções de vigilância de exposições na Fundação Calouste Gulbenkian. Trata-se, igualmente, de deficientes que aguardam a sua colocação no exterior.

Também na delegação de Évora foram ocupados 2 deficientes realizando artigos regionais de artesanato em cortiça.

No âmbito do serviço de reabilitação profissional da Associação funcionou, durante os últimos 4 meses do ano lectivo de 1977, um estágio de duas alunas do 3.º ano do curso de Assistentes Sociais que, deste modo, se familiarizaram com os processos de integração de deficientes sobretudo integração profissional.

#### EDUCAÇÃO E CULTURA

Embora sem dados estatísticos, sabe-se que uma grande percentagem de deficientes das Forças Armadas têm habilitações muito baixas. Cerca de 90 por cento pertenciam à classe de soldados, portanto com habilitações não superiores à 4.ª classe.

Na integração social o nível cultural desempenha um papel muito importante, pois que em quase todos os casos se verifica a necessidade de uma compensação intelectual para as carências físicas.

Assim, a valorização cultural dos deficientes tem constituído uma acção prioritária da Associação, tanto através de uma motivação para estes iniciarem ou retomarem os estudos, como criando condições a nível interno e externo para que a sua valorização através do ensino seja facilitada.

Essa motivação tem sido feita, de forma sistemática e insistente, sobretudo através do jornal da Associação.

A actualização externa da Associação teve lugar essencialmente junto do Ministério da Educação e Cultura, onde se estabeleceram vários contactos e realizaram reuniões de trabalho a nível de vários departamentos, Secretários de Estado e com o próprio Ministro. O apoio recebido do MEC situa-se quase totalmente no ano de 1976, mas foi com base nesse mesmo apoio que muitas actividades foram desenvolvidas em 1977. Por despacho ministerial de 1976 ficou estabelecido que os deficientes das Forças Armadas podem realizar exames, no ensino médio e superior, em períodos especiais para além das épocas normais de exames. Também ainda em 1976 conseguiu-se que o MEC, através de circular enviada a todos os estabelecimentos de ensino, facultasse aos sócios da Associação o uso gratuito de livros e material escolar.

Na escola da Associação, que em 1977 funcionou pela segunda vez, tiveram aulas alunos do Ciclo Preparatório e do Curso Geral dos Liceus, tendo-se inscrito, no início do ano lectivo, 40 no primeiro e 63 no último. Terminaram o ano, com aproveitamento, 32 alunos, sendo 10 do Ciclo Preparatório e 22 do Curso Geral dos Liceus. Durante este ano leccionaram na escola da Associação 8 professores.

Em Outubro de 1977 incluiu-se o 3.º ano lectivo na Associação funcionando, neste ano além do Ciclo Preparatório e do Curso Geral dos Liceus, também o ensino primário, tendo-se inscrito no primeiro 23

(Continua na pág. seguinte)

# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

(Continuação da pág. anterior) - alunos, no segundo 63 e no último 14.

Os exames dos alunos, em Junho de 1977, foram realizados na Associação, regulamentados por um despacho do Secretário de Estado da Orientação Pedagógica. A realização dos exames revestiu-se de características especiais, devido os alunos serem deficientes, de acordo com o mesmo despacho.

Em 1977 o MEC subsidiou o pagamento dos professores que leccionaram na Associação.

A escola da Associação foi apetrechada durante o ano de 1977, com material didáctico diverso, sobretudo um pequeno laboratório de Ciências Físico-Químicas e Ciências Naturais, através de um subsídio de quatrocentos mil escudos concedidos para a efeito pelo MEC ainda em 1976.

No âmbito das iniciativas de formação profissional, iniciou-se na Associação, em Novembro de 1977, um curso intensivo de Electrónica com a duração de 11 meses. Este curso que está a ser ministrado a 10 deficientes, é subsidiado pelo Ministério do Trabalho, tendo sido para o efeito atribuído à Associação uma verba de trezentos e dois mil e quatrocentos escudos.

Embora a escola da Associação se situe na sede e tenha, por conseguinte, beneficiado os deficientes da Zona de Lisboa, o Serviço Central de Educação e Cultura tem entendido a sua acção às delegações quer através de informações regulares, quer com apoio cultural, enviando livros e publicações para as pequenas bibliotecas que aí existem.

O serviço de Educação e Cultura tem prestado aos sócios informações diversas no domínio do ensino, não só relativas a situações especiais dos deficientes, como informações genéricas.

A constituição de uma biblioteca apetrechada com boas obras é um objectivo ainda não alcançado. Em 1977 foi enviado a todas as delegações um questionário para ser preenchido pelos sócios, através do qual se ficará a saber quais os hábitos e preferências de leitura dos associados e quais as obras que entendem dever fazer parte da biblioteca da Associação.

Consciente da necessidade de uma dinamização e intensificação de actividades culturais, como colóquios, exposições, cinema, teatro, etc. capazes de aglutinar os sócios e trazê-los à Associação em maior número, a Direcção Central criou, em finais de 1977, um grupo cultural que, com um estatuto próprio e com todo o apoio da Direcção, realizará o trabalho necessário ao preenchimento de uma grande lacuna existente na Associação, mas cujos resultados só poderão ser avaliados em 1978.

## DESPORTO

O desporto, meio eficaz de reabilitação, tem merecido por parte da Associação o devido apoio e carinho.

Iniciada em 1976 na sede, esta actividade só em 1977 veio a ter algum desenvolvimento, alargando-se às delegações, sobretudo no Porto.

A sistematização da prática do desporto para deficientes não é tarefa fácil e os progressos nesse sentido são inferiores aos desejados. Contudo, em 1977 fez-se muito, atendendo aos meios de que a Associação dispõe e comparado com o pouco ou nada que no País se faz neste domínio. Salvo raras acções, e sempre isoladas, a prática do desporto para deficientes em Portugal tem-se limitado à ADFA e, portanto, ao pouco que a ADFA tem feito.

Durante o ano de 1977, as modalidades mais praticadas na Associação foram o Tiro ao Arco, Futebol de Salão e Jogos de Mesa.

A natação, modalidade mais praticada e que mais interessados teve em 1976, esteve ausente em 1977 por impossibi-

lidade de se encontrar uma piscina disponível, mau grado os esforços feitos nesse sentido. A piscina utilizada no ano anterior, pertencente à Direcção Geral dos Desportos, encerrou para obras, prevendo-se a sua reabertura apenas em Junho de 1978.

A equipa de Tiro ao Arco, constituída sobretudo por deficientes de cadeiras de rodas, atingiu uma preparação razoável devido aos treinos regulares efectuados (média de 3 por semana).

Uma equipa de Tiro ao Arco da Associação, constituída por quatro elementos, deslocou-se à Holanda, em Junho de 1977, onde participou no 3.º Campeonato Europeu de Tiro ao Arco para deficientes, promovido pela International Stoke Mandeville Games e pela International Sports Organization for Disabled, em representação de Portugal.

A equipa da Associação, nesta representação, ultrapassou aquilo que seria de esperar, dado o pouco tempo de que tinha disposto para se preparar e o material não ser o mais apropriado, sobretudo comparado com os modernos equipamentos das representações dos outros países. Esta participação valeu sobretudo pela experiência e pelos ensinamentos colhidos e ainda pelo incentivo que representou para a continuação do desenvolvimento do desporto para deficientes na Associação.

Os atiradores da Associação participaram em várias provas organizadas pela Federação Nacional de Tiro ao Arco, onde, ao lado de participantes não deficientes, obtiveram bons resultados, dos quais se salientam: Torneio Lisboa, em Janeiro; Prova José Fidalgo, em Fevereiro; 1.º Campeonato Nacional In Door I, em Março; 1.º Campeonato Nacional In Door II, em Março e Prova Mini Fita L. G. C., em Abril.

O Futebol de Salão conta com um número crescente de participantes e entusiastas.

Durante 1977 fizeram-se treinos com uma certa regularidade na Academia Militar.

A equipa de Futebol de Salão da Associação participou, ao longo do ano, em vários torneios e encontros desportivos, dos quais se salientam: jogo convívio entre a equipa da ADFA e da CODEFA, em Março; Torneio do Sindicato dos Trabalhadores de escritório, que teve início em 2 de Março com a 1.ª jornada e terminou em 2 de Maio com a 7.ª jornada; Encontros entre a equipa da ADFA e a dos Castanheiros em 10 de Setembro; Encontro entre a equipa da ADFA e uma equipa dos internos da Colónia Penal de Sintra, em 16 de Outubro.

A sala de jogos da sede da Associação, equipada com bilhar, ténis de mesa, xadrez, damas e dominó e ainda estes três últimos jogos adaptados para cegos, foi, ao longo do ano, frequentada por dezenas de sócios durante o dia. Inserido nas comemorações do 3.º aniversário da Associação, realizou-se um convívio desportivo, em que houve apuramento de vencedores nos jogos de mesa.

Em Setembro de 1977 realizou-se em Lisboa um Seminário de Desporto e Tempos Livres para Deficientes, promovido pela Spartics Society de Inglaterra e pela Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, no qual a Associação participou com a presença de quatro delegados, tendo recolhido todos os ensinamentos possíveis a fim de poderem ser aplicados na própria experiência desportiva da Associação.

Em Novembro de 1977, o responsável pela secção de Desportos deslocou-se à República Federal Alemã para frequentar um estágio de 3 semanas na Clínica Ortopédica de Heidelberg, tendo este estágio incidido especialmente nos aspectos ligados ao papel do desporto na reabilitação, sobretudo da ginástica

de recuperação. Também os ensinamentos colhidos neste estágio serão aplicados na experiência da Associação, sobretudo quanto à ginástica de recuperação, que se pretende iniciar a curto prazo.

O responsável pela secção de Desportos da Associação deslocou-se em Maio à Inglaterra, através da Direcção Geral de Desportos, onde tomou contacto estreito com o desporto para deficientes praticado na Inglaterra, servindo este ensinamento também para enriquecer a experiência desportiva da Associação.

## JORNAL «ELO»

A Associação chegou regularmente a casa de todos os associados através do «ELO».

Através do jornal os sócios tiveram conhecimento, com regularidade, das actividades desenvolvidas pela Associação, assim como receberam nas suas próprias casas as principais informações relativas aos seus direitos de deficientes e orientações sobre a forma de tratar os mais variados problemas, evitando assim, para muitos sócios que vivem longe das delegações, muitas deslocações à Associação.

Pretende-se através do jornal, fazer reflectir fielmente toda a Associação nos seus diferentes domínios.

Além das notícias sobre a vida associativa, o jornal levou junto dos sócios e assinantes notícias sobre deficientes civis, sobre a reabilitação no País e sobre a reabilitação e tratamento de deficientes em vários países. Nas páginas do «ELO» foram ainda inseridas notícias e trabalhos que de alguma forma estão relacionados com a realidade da ADFA e dos deficientes das Forças Armadas, tais como assuntos relativos à guerra e à paz e outros relativos ao comportamento da sociedade para com os deficientes e as camadas mais desfavorecidas da população.

Pretendeu-se, ainda, que os sócios e assinantes encontrassem através do jornal momentos de leitura agradável, embora sempre motivadores de reflexão sobre os problemas sociais, sobretudo com a habitual página cultural, através da qual muitos sócios e leitores tiveram oportunidade de comunicar as suas poesias.

O «ELO» serviu para os órgãos sociais divulgarem publicamente as posições da Associação face às questões surgidas no domínio da reabilitação de deficientes, tanto a nível militar como civil, tendo exercido influência, disso estamcos certos, na orientação das várias decisões pois o jornal é enviado para todos os organismos e entidades que de algum modo estão relacionados com a reabilitação de deficientes.

O «ELO» foi, sem sombra de dúvida, o grande dinamizador e aglutinador dos sócios em volta da Associação.

Em Novembro de 1977 o «ELO» fez 3 anos de existência, tendo sido o dia 23 desse mês, dia em que saiu o número zero (1974), comemorado em Lisboa com um convívio de sócios. Em Julho completaram-se 50 números, tendo o facto sido assinalado com a encadernação desses mesmos 50 números, organizando-se assim um documento que guardará para a posteridade os principais factos da história dos 3 primeiros anos da Associação.

A periodicidade do jornal, que até fins de 1976 era quinzenal, passou em 1977, a mensal, tendo, como compensação, um melhoramento no conteúdo e apresentação e saída nos prazos previstos, que passou a verificar-se, sistematicamente, nos últimos dias do mês a partir de Maio, altura em que a composição e impressão passou a ser feita nas oficinas do Diário Popular.

O ano de 1977 terminou com a saída do número 55, sendo de assinalar que se trata do primeiro e único jornal

em Portugal, com tão grande tiragem (7500 exemplares), a tratar com certa profundidade e exaustão a problemática dos deficientes, que, com publicação ininterrupta, conseguiu já tão longa vida.

Há a referir a completa normalização dos serviços de expedição do jornal desde o início de 1977. Trata-se de um serviço de certo modo complicado e melindroso que em 1975 e 1976 provocou o descontentamento de alguns sócios, uns porque não recebiam o jornal devido a moradas erradas ou trocadas ou simples ausência das respectivas fichas, outros por que recebiam dois ou mais exemplares do mesmo número, devido à duplicação das fichas.

Os assinantes passaram, desde fins de 1976, a receber as solicitações actualizadas para pagarem ou renovarem as suas assinaturas, o que motivou a desistência de alguns e a confirmação daqueles que de facto estão interessados em ser assinantes do «ELO».

Com a campanha de angariação de novos assinantes, através do próprio jornal, das delegações e de sócios militantes, conseguiram-se em 1977, 235 novos assinantes.

O número total de assinantes é de 829, sendo 809 anuais, 14 semestrais e 6 no estrangeiro.

A importância das assinaturas pagas em 1977 totalizou 75 450\$00.

## DINAMIZAÇÃO INTERNA

O ano de 1977, na Associação, não foi o mais fértil no domínio de actividades culturais e de dinamização. Iniciado o ano com uma grande preocupação na organização dos serviços internos, descurou-se este aspecto que veio a reflectir-se numa certa (embora sempre aparente) desmobilização dos sócios.

Para além da actuação dos vários serviços da Associação, cuja acção é, em si, sempre dinamizadora e mobilizadora dos sócios para a militância e dedicação à Associação, sobretudo jornal «ELO», Desporto e Educação e Cultura, as actividades de dinamização propriamente ditas foram em pequeno número. Referem-se a seguir algumas.

O 3.º aniversário da Associação, 14 de Maio, foi comemorado na sede com provas desportivas, um jantar-convívio e um espectáculo de variedades, tendo reunido cerca de 100 sócios.

A festa de Natal, que, de ano para ano, vem entusiasmando cada vez mais os sócios e sobretudo as crianças, realizou-se, em 1977, em Lisboa, Porto (conjuntamente com a comemoração do 3.º aniversário da delegação), Viçeu, Évora, Coimbra e Famalicão, com a presença de muitas crianças a quem foram distribuídas lembranças. Só em Lisboa estiveram presentes 300 crianças.

O 3.º aniversário do «ELO» em 23 de Novembro, reuniu, numa casa típica de Lisboa, cerca de 80 sócios que tiveram a oportunidade de confraternizar em conjunto e de analisar a missão desempenhada pelo jornal.

## OFICINA DE PRÓTESES

A Oficina de Próteses da delegação do Porto constitui um motivo de orgulho da Associação, não apenas pela oficina em si, mas pelos serviços que está apta a prestar aos sócios da Zona Norte e a outros deficientes. Pena é que o Hospital Militar do Porto não corresponda ao esforço da Associação neste domínio, continuando a permitir que a assistência protésica dos deficientes das Forças Armadas esteja à mercê dos intuitos lucrativos das casas comerciais da especialidade, enquanto têm na sua própria Associação possibilidade de colaborar e reparar as suas próteses em condições favoráveis.

A Oficina de Próteses está a funcionar com técnicos diplomados pelo Fundo Mundial de Reabilitação, tendo, em 1977, de Junho a Dezembro, frequentado um curso, no Brasil, dois técnicos. O quadro técnico da oficina é de 4 técnicos e 1 ajudante.

Durante o ano de 1977 foram feitas 108 próteses, sendo 83 para deficientes militares e 25 para deficientes não militares. Foram feitas 24 reparações em próteses, sendo 17 para deficientes militares e 7 para deficientes não militares. Foram ainda feitos 3 aparelhos ortopédicos, sendo 2 para deficientes militares.

Em Abril realizou-se na oficina um curso sobre técnica de próteses, com a colaboração da firma alemã Otto Bock e do Centro de Medicina de Alcoitão. Este curso teve como objectivo essencial ministrar novos conhecimentos sobre próteses mioeléctricas, tendo assistido técnicos de todas as casas de próteses do País.

Dado que a oficina funciona em locais não comerciais, não visando portanto o lucro, procurando-se sempre atender o deficiente de uma forma correcta, de acordo com os seus problemas físicos e mesmo psicológicos, utilizando os melhores materiais do mercado internacional, o número de deficientes não militares a procurar a oficina é cada vez maior.

A Faculdade de Engenharia do Porto tem colaborado com a oficina da Associação no domínio da investigação, estudando novo tipo de próteses e de material a aplicar na confecção destas. Assim, foi já concebida uma máquina que, embora rudimentar, transforma uma substância que substitui com imensas vantagens a madeira e na qual está já interessada uma firma espanhola do ramo.

## OFICINA DE MARCENARIA

Desde a criação da oficina de Marcenaria na delegação do Porto que o serviço nela prestado, devido à natureza do trabalho que nela se executa e à estrutura em que se apoia, constitui uma actividade essencialmente dirigida no sentido de criação de postos de trabalho para deficientes, produção de bens necessários aos diversos sectores da Associação e possível fonte de rendimento.

Com o desenvolvimento conseguido no início do ano, expresso no volume de encomendas crescente, foi admitido em Junho um trabalhador especializado, passando assim a oficina a contar com 2 trabalhadores a partir desta data.

A oficina realizou durante o ano 118 obras com uma receita aproximada de 360 contos, dos quais cerca de 35 contos correspondem a obras executadas para a Associação.

## OFICINA DE TIPOGRAFIA

A oficina de Tipografia, situada no Anexo do Hospital Militar Principal, em Lisboa, tem garantido 16 postos de trabalho, sobretudo de grandes deficientes, quase todos especializados na própria oficina.

A função da Tipografia, além de representar uma forma muito válida de os deficientes se afirmarem como produtivos, tem constituído um meio de divulgação da Associação em vários sectores laborais.

O principal problema que sempre se tem levantado na Tipografia diz respeito à gestão, não se tendo ainda, de todos de algumas experiências, encontrado a fórmula definitiva.

A actual Direcção Central, logo depois de entrar em funções, tomou algumas medidas no sentido de se conseguir que a oficina seja auto-

suficiente, das quais se destaca a adopção do critério de selecção de clientes através de pagamento obrigatório no acto de execução do trabalho, pondo assim cobro a uma situação melindrosa para a Associação, provocada pelos incobráveis que em Julho de 1977 somavam mais de 250 contos.

No 2.º semestre de 1977 foram normalizadas as relações de trabalhadores que no 1.º semestre tinham sido um pouco atribuladas, motivo que, de entre outros, contribuiu para uma tendência acentuada para a prevista auto-suficiência da oficina.

Em 1977 foram executados trabalhos no valor de 2.585 318\$00, dos quais a maior parte se destinou a organismos oficiais, sendo muitos destes já clientes certos da Tipografia.

## ESTÚDIO FOTOGRAFICO

O Estúdio Fotográfico, situado nas instalações da sede em Lisboa, funcionou, em 1977, com um trabalhador. Em 1976 chegou a funcionar com 2 trabalhadores.

Para além dos trabalhos internos, cobertura fotográfica de várias actividades da Associação e sobretudo apoio ao jornal «ELO», o Estúdio tem executado diariamente trabalhos para o exterior, especialmente para sócios, sobretudo revelações e ampliações de fotografias.

Em finais de 1977 começaram a ser feitas reportagens no exterior, de casamentos, baptizados, reuniões, etc.

Os trabalhos executados em 1977 ascenderam ao montante de 140 575\$30.

## OFICINA DE ELECTRÓNICA

A oficina de Electrónica, situada nas instalações da sede em Lisboa, funcionou, até Julho, com um trabalhador e um militar especialista em electrónica colocado em diligência na Associação. Com o regresso deste militar à sua unidade, passou a funcionar apenas com um trabalhador.

Além do apoio prestado internamente à Associação, tanto em aparelhos como em instalações eléctricas, a oficina tem realizado reparações em electrodomésticos, rádios, televisões e outros aparelhos, sobretudo para sócios, mas também para outras pessoas que têm conhecimento da oficina. Em 1977 foram atendidos 300 clientes.

Os trabalhos executados durante este ano ascenderam ao montante de 117 506\$00.

## III

## ACTUAÇÃO NO EXTERIOR

Conforme já referido, as actividades da Associação, em 1977, foram essencialmente de carácter interno, tendo-se descurado a actuação no exterior.

(Continua na pág. seguinte)

**JORNAL «ELO»**

**CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO E ASSINATURAS - COLABORA**

# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

(Continuação da pág. anterior)

A prioridade dada à organização dos serviços internos da Associação pela Direcção que terminou o seu mandato em Julho é reconhecida pela actual Direcção Central, já que a desorganização existente em certos sectores da sede, o excesso de pessoal, sobretudo pessoal não qualificado, e uma certa indisciplina reinante entre alguns trabalhadores justificavam essa mesma prioridade. Esta tarefa foi, aliás, continuada pela actual Direcção Central e não sem muitas dificuldades e contratempos, sobretudo provocados por alguns trabalhadores que decidiram oferecer resistência à actuação da Direcção e apostaram em prejudicar o seu trabalho o que, diga-se, conseguiram em parte — conseguiram sobretudo atrasá-lo. Foram, no entanto, tomadas medidas que os interesses da Associação exigem, depois de esgotadas todas as possibilidades de persuadi-los a cumprirem os seus deveres, já que se entendeu que os interesses da Associação não podem ser prejudicados pelos caprichos de dois ou três trabalhadores.

Programada uma série de medidas internas em Julho, a fim de normalizar completamente os serviços da sede e as relações com as delegações, previa-se que em Outubro fosse possível iniciar uma actuação exterior, devidamente organizada, capaz de projectar a Associação com a sua verdadeira dimensão. Essa actuação deveria ter lugar junto dos deficientes civis e suas organizações, tendo em vista a necessidade de uma organização nacional eficiente de todos os deficientes; junto das entidades oficiais, a fim de que as medidas necessárias conducentes à integração social dos deficientes sejam tomadas e aceleradas, nomeadamente junto da CMRA, e SNR; junto da população, criando condições para a aceitação dos deficientes e reconhecimento das suas capacidades. Os prazos não foram cumpridos, tendo a Direcção Central sido absorvida, até ao fim do ano, pela resolução dos problemas internos.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

É com o Ministério da Defesa Nacional que a Associação mantém as mais intensas relações do trabalho. É no âmbito deste Ministério que funciona a Comissão Militar de

Reabilitação e Assistência (CMRA) em que a Associação está representada através de um delegado, e é ao MDN que a Associação apresenta as suas pretensões, sobretudo a nível de legislação. Aí foi já elaborado o decreto-lei 43/76 e respectivas portarias regulamentadoras, bem como as portarias de prorrogação dos prazos da revisão processual. É, inclusivamente através do Ministério da Defesa Nacional que a Associação recebe a sua dotação orçamental anual.

Em Outubro de 1976, a Associação apresentou ao MDN um projecto de alteração do decreto-lei n.º 43/76, o qual, além de prever uma melhor estruturação e compreensão desta lei, para uma melhor aplicação, previa, sobretudo, o seu alargamento a um maior número de deficientes. Ainda durante esse ano e princípios de 1977 houve várias reuniões em que o projecto da Associação foi analisado, não tendo sido possível, em princípio, encontrar acordo em questões de fundo. Entretanto os trabalhos relativos à alteração do decreto-lei n.º 43/76 têm continuado no MDN, aguardando-se que a Associação seja chamada para se pronunciar sobre um projecto final.

Em Outubro de 1977, a Associação apresentou ao MDN um projecto de alteração às leis que regulam as pensões de preço de sangue, encontrando-se o mesmo em estudo naquele Ministério.

Foi já solicitada a intervenção do MDN, no sentido de que a Associação possa participar nos trabalhos que estão a decorrer para a revisão do Estatuto geral da Aposentação, a fim de nesta lei geral poderem ser salvaguardados os direitos e interesses dos deficientes.

Por iniciativa do MDN foi feito um estudo sobre a situação dos grandes deficientes não abrangidos pelo decreto-lei n.º 43/76. A Associação foi chamada a participar nesse estudo, na sequência do qual foi elaborado um projecto de decreto-lei que aguarda aprovação pelo governo.

O Ministro da Defesa Nacional recebeu algumas vezes a Direcção da Associação em reuniões de trabalho, em que foram tratados assuntos que correm pelo seu Ministério e ainda vários assuntos genéricos, de carácter importante, relativos à situação dos deficientes e à actuação da Associação.

## CMRA

A Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA), criada pela Portaria n.º 73/76, regulamentadora do decreto-lei n.º 43/76, funciona desde meados de 1976 no Ministério da Defesa Nacional e a sua actividade tem-se limitado quase exclusivamente à revisão processual.

A ADFa está representada nesta Comissão através de um delegado, conforme prevê a portaria atrás referida.

Os 1081 requerimentos de de revisão processual que foram enviados através da Associação passaram obrigatoriamente todos pela CMRA para esta emitir o seu parecer.

Em 1977, o delegado da Associação esteve presente uma média de dois dias por semana na CMRA, onde se tem debatido pela defesa dos interesses dos deficientes, nomeadamente na análise dos processos de revisão processual, pugnando por uma análise aturada e minuciosa de cada caso e por uma melhor organização e completamento dos processos, quase sempre deficientemente instruídos inicialmente. Muitos deficientes, com grandes deficiências, a reclamarem por justiça, têm sido abrangidos pelo decreto-lei n.º 43/76 devido, em muito, à acção persistente da Associação na CMRA.

A Associação tem canalizado vários assuntos para a CMRA, solicitando a sua intervenção, nomeadamente em casos de colocação de deficientes no sector público ou nacionalizado, nos termos do decreto-lei n.º 43/76 e em casos de violação de direitos de trabalhadores.

## SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

Em Dezembro de 1976, por despacho do Primeiro Ministro, foi nomeado um grupo de trabalho, de que fazia parte um delegado da ADFa, encarregado de reformular o decreto-lei 425/76 que recriava a Comissão Permanente de Reabilitação.

A actuação neste grupo, que veio a concluir o seu trabalho em fins de Janeiro de 1977, foi pautada pelo princípio desde sempre, defendido de que a reabilitação dos deficientes só será possível com a criação de um organismo central forte e actuante coordenador de todas as acções

de reabilitação, opondo-se assim à então existente frustrada Comissão Permanente de Reabilitação.

Muito embora a Associação Portuguesa de Deficientes, através do seu representante, tivesse defendido a manutenção da Comissão Permanente de Reabilitação, o grupo de trabalho acabou por optar pela solução proposta pela ADFa, sendo assim criado o Secretariado Nacional de Reabilitação, organismo semelhante ao há muito preconizado pela Associação.

Aprovado em 22 de Junho, de 1977 e publicado no Diário da República de 20 de Agosto, o decreto-lei n.º 346/77, que cria o Secretariado Nacional de Reabilitação, só começou a ser executado em 28 de Novembro de 1977 com a nomeação da Secretária Nacional de Reabilitação.

A Associação fez várias diligências no sentido de acelerar a entrada em funcionamento do SNR, tanto junto do Ministério da Defesa Nacional como Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro.

## ACTUAÇÃO JUNTO DA POPULAÇÃO

A ADFa, desde o início, teve consciência de que um dos primeiros e fundamentais passos a dar para a integração social dos deficientes é o esclarecimento e preparação das pessoas, com muitas alterações de mentalidades, para encararem os deficientes como seres válidos e aceitarem-nos como elementos de pleno direito da sociedade.

Em 1974 e 1975, a ADFa reconstruiu muito daquilo que 48 anos de fascismo haviam destruído — a mentalidade e a consciência social das pessoas nas relações com os deficientes — através da sua actuação nos meios de comunicação social, rádio, televisão, jornais, sessões de esclarecimento e a sua presença com artigos de dinamização em festas, encontros e locais frequentados por trabalhadores.

A maneira já diferente como a sociedade passou a encarar os deficientes deve-se, em muito, à Associação.

Esta actuação sistemática junto da população veio a crescer aceleradamente em 1976 e decaiu quase totalmente em 1977. Disto só nos podemos perdoar, todos quantos temos responsabilidade neste processo, com um rápido equacionamento desta

actuação, de acordo com os condicionalismos actuais, e sistematizá-la novamente.

Referimos, a seguir, o pouco que se fez neste domínio em 1977.

Em 1977 houve apenas uma intervenção da Direcção na rádio, no programa Contraponto, em Setembro, onde foi marcada a posição da Associação relativamente ao recém-criado Secretariado Nacional de Reabilitação.

Das intervenções em jornais realça-se apenas uma entrevista concedida em Setembro de 1977 a «A Capital», também sobre o Secretariado Nacional de Reabilitação.

Em Dezembro de 1977, à semelhança do ano anterior, foi editado um calendário, com 4.000 exemplares, que foi distribuído gratuitamente pelas pessoas amigas da Associação, assinantes do «ELO» e em vários locais de trabalho, empresas e sindicatos. Este calendário é portador da mensagem e princípios da Associação, na medida em que dele constam os principais auto-colantes da Associação alusivos a esses princípios.

No âmbito dos contactos com a população distinguem-se a delegação de Coimbra, que realizou ao longo do ano algumas sessões culturais e projecções de filmes, com realce para um concurso de pesca na Figueira da Foz, em Agosto, em que, além de deficientes, participaram muitos concorrentes não deficientes.

Em Évora realizou-se em Junho um concurso de pesca, inserido nas festas da cidade, com o apoio das autoridades militares e civis, que reuniu, além de deficientes, muitos participantes não deficientes.

## IV CONCLUSÕES

Aquilo que a Associação realizou em 1977 é pouco, sem dúvida, comparado com o que todos gostaríamos que tivesse sido feito, mas é muito em relação ao que neste domínio realizaram outras Associações congéneres e, inclusivamente, os próprios organismos e serviços públicos que tratam dos problemas dos deficientes.

Foram apresentadas, com todo o realismo e verdade, sem evidenciar êxitos nem esconder decepções, as actividades dos vários domínios da Associação. Houve a preocupação de salientar aquilo que não se fez e poderia ter

sido feito, evidenciando as respectivas razões. Esta preocupação foi deliberada e pretendeu-se assim que os sócios, em Assembleia Geral, apreendam a real medida daquilo que não se realizou no último ano, comprometendo-os mais com os rumos da Associação e fazendo-lhes sentir os altos e baixos do percurso.

É de salientar, e isso não pode ser indiferente a nenhum sócio, o imobilismo de que a Associação foi impregnada no último ano. A Direcção Central pretendeu imprimir-lhe o seu movimento inicial tal como pretendiam todos os órgãos sociais das zonas e delegações, mas sem grande êxito, como se vê neste relatório. Esse imobilismo, infelizmente uma situação cómoda para alguns, era já mais forte do que se pensava. A provocá-lo e a mantê-lo existiam já pessoas dentro da própria Associação sabese lá com que intenções.

A Direcção Central está em condições de afirmar que, ainda em 1977, foram criadas condições para um revitalizar sério da Associação. Muitas horas consumidas em muitas e longas reuniões, todo um trabalho apurado e atento levaram, numa primeira fase, a uma quase completa normalização dos serviços internos. Numa segunda fase, já em 1978, normalizar-se-á a actuação no exterior.

Como conclusão fundamental salientaremos que existe uma plena consciência da grande máquina que é a Associação, com as suas capacidades e as suas falhas de funcionamento, bem como um controle absoluto da sua orientação, o que cria condições para um equacionamento correcto de problemas, uma resposta imediata a solicitações e uma programação de acções a horas.

É incontestável que a marcha da grande locomotiva que é a Associação é imprimida, sobretudo, pela força da massa associativa e esta, pelos condicionalismos e falta de condições apontadas neste relatório, não teve oportunidade de se manifestar na razão directa da sua potência.

Aos órgãos sociais e aos sócios competirá, com a respectiva distribuição de responsabilidades próprias, fazer com que no próximo ano o relatório seja mais denso em realizações e êxitos conseguidos.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS DA ADFa (SEDE) EXERCÍCIO DE 1977

Resultados correntes do Exercício		
Custo Exist. Vendid. Consum.	1 537 261\$60	
Sub-Contratos	4 261\$60	
Forneciment. Serv. Terceiros	1 360 349\$00	
Impostos	47 754\$70	
Despesas com o Pessoal	4 737 894\$20	
Despesas Financeiras	2 150\$00	
Outras Despesas e Encargos	7 300 315\$00	
Amortiz. Reint. Exercício	397 141\$50	
Provisões do Exercício	473 565\$50	15 860 693\$10
<b>Resultados extraordinários do Exercício</b>		<b>434 909\$50</b>
<b>Resultad. Exerc. anteriores</b>		<b>4 936\$00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>16 300 538\$60</b>

Resultados Correntes do Exercício		
Venda de Mercadorias e Produtos	1 532 486\$90	
Prestações de Serviços	15 015\$70	
Trab. p/Própria Empresa	8 397\$70	
Subs. Destinad. Exploração	12 944 634\$30	
Receitas Suplementares	18 000\$00	
Receitas Financ. Correntes	4 064\$30	
Receitas Aplicação Financ.	331 776\$00	
Outras Receitas	424 829\$30	15 279 204\$20
<b>Resultados Extraordinários Exerc.</b>		<b>673 418\$09</b>
<b>Resultados Exerc. Anteriores</b>		<b>8 082\$50</b>
<b>Resultado Líquido</b>		<b>339 833\$81</b>
<b>TOTAL</b>		<b>16 300 538\$60</b>

É a Sede que pela sua dimensão e estrutura apresenta no exercício de 1977 maior movimento financeiro, o que obriga como é óbvio e ainda por ser ela o elo de ligação às várias Zonas, a possuir um sistema contabilístico perfeitamente coordenado e orientado que permita a todo e qualquer momento informações sobre o campo específico que é o financeiro. É evidente que a falta de tão desejada uniformização de critérios entre os vários serviços da A. D. F. A. condiciona os da Sede a informa-

ções que poderiam ser de outra utilidade. No entanto, e porque já existiu em 1977 o que se poderá considerar como mínimo indispensável, possível foi colher durante o exercício informações de carácter nacional e local que permitirão concluir dos sucessivos estádios financeiros em que se encontrou a A. D. F. A.. Os números apresentados pelos mapas anexos são bem representativos do estádio, no final do exercício, devendo-se considerar, contudo, a existência de bens activos e passivos que são no

momento afectos às delegações. Como é evidente, os mapas apresentados pela Sede são resultado não só de movimentos entre Sede e delegações, como também dos de carácter interno e que são próprios dela. Assim, numa análise breve, parece oportuno tecer algumas considerações sobre c que foi economicamente Embora a demonstração de resultados apresente no exercício resultado inferior aos dos demais anos, economicamente a actividade traduziu-se em saldo positivo, do que é bastan-

te sintomático toda uma redução de custos variáveis de que são exemplo os encargos com pessoal. Esta rubrica, que no 2.º semestre suportou vencimentos de oito meses, montou a sensivelmente o mesmo que o primeiro (1.º 2310.274\$00 2.º 2402.620\$00). Conseguiu-se ainda o equilíbrio do custo das matérias consumidas e vendidas pela Sede com as vendas, o que não vinha acontecendo nos primeiros meses do ano. Apesar das reduções de custos conseguidas, o resultado, como atrás se disse, é inferior aos dos anos transactos,

mas a isso se deve o facto de neste exercício se terem procedido à constituição de provisões para flutuações de valores, bem como às elevadas reintegrações e amortizações que a não se constituírem no montante que apresentam mais de 1 000.000\$00, originariam resultados fictícios. Para obter a esse inconveniente, parece ter sido melhor política sobrecarregar este exercício, apresentando assim resultados reais, a apresentar uma demonstração de resultados e

um balanço que não traduzissem uma situação patrimonial verdadeira. Financeiramente apresenta a Sede à mesma data, uma situação bastante satisfatória, que resulta não só de todo um património que foi sendo adquirido ao longo dos anos transactos, como ainda do que economicamente foi este exercício. Possui ainda a Sede, em final do exercício, rácios, quer de solvabilidade quer de liquidez, que se poderão considerar de razoáveis.

(Continua na 10.ª pág.)

# ABRIL MADRUGADA PERMANENTE

## A ADFA NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

A ADFA, como não podia deixar de ser, associa-se de forma activa às Comemorações do 25 de Abril. Em colaboração com a «Comissão Nacional Para As Comemorações do 25 de Abril» a ADFA vai tomar as seguintes iniciativas:

- Afixação, a nível nacional, de 15 000 Posters (Iguais ao que hoje publicamos na nossa primeira página);
- Distribuição, também a nível nacional, de uma mensagem ao POVO PORTUGUÊS;
- Emissão para venda, de 2000 Posters e 5000 autocolantes;
- Participação nos Programas Especiais de Rádio e Televisão a ser difundidos no dia 25 de Abril;
- Exposição Fotográfica alusiva às Comemorações na nossa Sede, nos dias 24 e 25 de Abril (aberta ao público);
- Projectão de Slides e Banda Sonora, no Rossio (Lisboa), a partir das 22 horas de dia 24.
- Várias iniciativas, ainda não definidas no momento em que encerramos esta edição, nas delegações da Associação.

## MENSAGEM DA ADFA AO POVO PORTUGUÊS

O 25 de Abril de 1974 permanece no coração de todo o Povo Português como a madrugada da esperança numa noite escrava de 48 anos.

O Povo Português não esquece a dor e o luto que em 24 de Abril cobria esta nação oprimida.

Foi o Povo mais humilde aquele que mais martirizado foi pela guerra colonial que, a continuar por mais estes 4 anos, muitos milhares de vítimas faria juntar aos tantos que já somos.

Foi o 25 de Abril que pôs termo a essa guerra sem sentido que tanto tempo durou e sofrimento causou graças à política odiosa do regime de Salazar e Caetano.

Mas Abril não foi apenas o fim de guerra, foi também o despontar da consciência de um POVO mobilizando-o para as tarefas conducentes à sua libertação.

### ABRIL MADRUGADA PERMANENTE

## 14 DE MAIO

# 4.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

Aproximamo-nos rapidamente das Comemorações do 4.º aniversário da nossa Associação. É a terceira vez que o «ELO» se refere a este acontecimento da nossa vida Associativa e fá-lo agora para informar todos os seus leitores e amigos do programa de actividades que terá lugar ao longo da semana que termina no dia 14 de Maio, programa que foi aprovado pelo Secretariado Nacional numa reunião efectuada, na sede da ADFA, em Lisboa, no dia 8 de Abril. Antes, porém, de passarmos a apresentar o quadro completo das iniciativas que constituirão as comemorações do 4.º aniversário, interessa esclarecer e justificar um pouco qual o sentido e as características da festa que se aproxima.

A ADFA existe para defender e lutar pelos direitos dos deficientes das Forças Armadas, sendo o principal desses direitos, porque é o caminho para todos os outros, a reintegração social. Várias conquistas se fizeram neste campo até hoje, mas há ainda muito a conseguir e isso só se fará se estivermos conscientes dos nossos direitos como cidadãos e nos dispusermos a lutar por eles. A comemoração dum aniversário é, em qualquer família ou grupo social, uma oportunidade para as pessoas se reunirem, conviverem e reverem o passado para melhor poderem preparar o futuro. O Secretariado Nacional julga que o 4.º aniversário da ADFA fosse

um pretexto para que todos os sócios convivessem entre si, com os deficientes de outras Associações congéneres com a população em geral que nos conhece e apoia, vivendo desta maneira algumas horas de alegria, de reflexão e de solidariedade. É neste contexto que se situam as várias actividades constantes do programa das comemorações. Assim, o «Colóquio sobre a Paz», a realizar no dia 8 de Maio, data que assinala o fim da II Guerra Mundial, tem um grande significado e importância para todos os sócios da ADFA que, directa ou indirectamente, são produto de uma guerra colonial que lhes foi imposta sem nunca lhes ter sido explicada. Os Deficientes têm obrigação, não só de lutar pela sua reintegração social, mas também de contribuir, como produto da guerra que são, para que as sociedades aprendam a rejeitar a guerra como meio de resolver os seus conflitos, pois a melhor maneira de lutar pelos deficientes e evitar que continue a haver deficientes. A luta pela Paz tem que ser um dos nossos principais objectivos como Associação de deficientes militares. O Colóquio do dia 9 de Maio constituirá um momento de reflexão e de maior consciencialização de todos nós por este grave problema que é a existência das guerras e a necessidade que há de lutarmos pela Paz.

A dádiva de sangue, que aparece incluída no programa do dia 13 de Maio, é um acto de Solida-

riedade Social. É conhecido de todos nós o problema de falta de Sangue nos hospitais e queremos dar o nosso contributo para a sua resolução apelando para que todos os camaradas e amigos da ADFA estejam na nossa sede, naquela data, para darem um pouco do seu sangue que poderá vir a salvar uma vida.

O Desporto ocupa um lugar importante nas comemorações do aniversário da Associação. O Desporto é Saúde, é convívio, é passatempo. Esperamos que o público esteja presente nas provas desportivas programadas para testemunhar o trabalho que a ADFA tem desenvolvido neste campo para praticar desporto ao lado dos deficientes.

Como momento alto das Comemorações haverá um Sarau recreativo e cultural, que terá lugar no Coliseu dos Recreios, em Lisboa. O preço das entradas será muito acessível e apelamos a todos os sócios e amigos da Associação para que estejam presentes a fim de podermos fechar em ambiente de alegre convívio as comemorações do 4.º Aniversário. Haverá poemas canções, teatro, etc. apresentados por artistas que conosco quiseram colaborar porque sentem a importância da luta que prosseguimos na defesa duma autêntica reintegração dos deficientes na Sociedade.

Para além das iniciativas acabadas de referir

(Continua na pág. seguinte)



## 4.º ANIVERSÁRIO

(Continuação da pág. anterior)

e que tem lugar em Lisboa, haverá todo um conjunto de realizações a nível das delegações e que também vão discriminados no quadro que a seguir apresentamos para que todos possam participar activamente. Convém, no entanto, deixar aqui um apelo a todos os sócios e amigos da ADFA para que procurem estar presentes nas comemorações nacionais, que têm lugar em Lisboa. Quanto maior for o interesse e a participação nestas comemorações, maior será a projecção que a ADFA conseguirá junto da população e esta só se disporá a apoiar-nos e a colaborar connosco se verificar que estamos conscientes, unidos e dispostos a dar a nossa quota parte para a construção da sociedade mais justa que todos desejamos.

Apresentamos seguidamente, como atrás prometemos, o programa definitivo e completo das comemorações do 4.º aniversário da nossa Associação, tanto das que tem lugar a nível de zona, como as que se realizam, em Lisboa, nos dias 13 e 14 de Maio.

### ACTIVIDADES EM LISBOA

8 de MAIO às 21.30 — Colóquio com a presença do Conselho Português da Paz e Cooperação no Salão Nobre do Palácio da Independência (Sede da ADFA).

13 de MAIO das 9.30 às 13.00 — Dádiva de Sangue no Palácio da Independência.

13 de MAIO às 15.00 — Tarde Desportiva. Modalidades: Bilhar, Pingue-Pongue, Xadrez e Damas. Local — Sede da ADFA.

— Futebol de Salão — Torneio com a participação de equipas das delegações da ADFA.

13 de MAIO às 21.30 — Cinema no Palácio da Independência. — Um bom filme de longa metragem.

14 de MAIO às 9.30 — Modalidades: Futebol de Salão — Final do torneio da tarde anterior.

MANHÃ DESPORTIVA — Local: Lar Militar na Rua Rainha D. Amélia, ao LUMIAR.

— Basquetebol — Desafio c/ equipas de deficientes.

Tiro ao Arco — Torneio de equipas de deficientes.

14 de MAIO 13.00 — Almoço de Confraternização — Local: Palácio da Independência. Para todos os deficientes e familiares.

14 de MAIO às 15.30 — TARDE recreativa e artística — Local: Coliseu dos Recreios, Rua das Portas de Santo Antão — LISBOA.

— Sarau c/ muitos cantores, declamadores, poetas, músicos etc.

PROPAGANDA — Autocolantes, cartazes, rádio, jornais, tarjetas e RTP.

### ACTIVIDADES NAS DELEGAÇÕES

**PORTO** — Dia 6 de MAIO às 15 horas — Colóquio sobre a ADFA. Local: Liceu Rodrigues de Freitas.

Dias 6 e 7 de MAIO — Torneio de Futebol de Salão c/várias equipas de deficientes.

**COIMBRA** — Dia 6 de MAIO às 15.30 horas — VARIEDADES — Local: Teatro Gil Vicente.

Dia 7 de MAIO às 13 horas — Almoço de confraternização seguida de fados.

Dia 7 de Maio — Manhã desportiva com equipas de futebol de salão de deficientes e colaboradores.

**CASTELO BRANCO** — Dia 6 de MAIO — Manhã desportiva c/equipas de futebol de salão.

Dia 6 de MAIO às 15.30 horas — TARDE RECREATIVA — c/variedades no CINE-TEATRO AVENIDA.

Dia 6 de MAIO — Noite recreativa e baile no Ginásio da Escola Industrial e Comercial.

Dia 7 de MAIO — TARDE recreativa no CINE-TEATRO AVENIDA.

**ÉVORA** — Dia 5 de MAIO às 21.30 horas — Concerto por uma banda da zona.

Dia 6 de MAIO — TARDE: Colóquio sobre a reintegração dos deficientes, por um professor do Instituto Universitário de Évora.

Dia 6 de MAIO — NOITE: TEATRO com a colaboração dum bom grupo da zona.

**VISEU** — Organizou já nos dias 15 e 16 deste mês um grande torneio desportivo em que participaram equipas de deficientes das diversas zonas da ADFA.

## 1.º DE MAIO

# JORNADA DE LUTA DOS DEFICIENTES PELO DIREITO AO TRABALHO

A ADFA CONVOCA TODOS OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS PARA PARTICIPAREM ACTIVAMENTE NAS COMEMORAÇÕES DO 1.º DE MAIO

**CONCENTRAÇÃO NA PRAÇA DO AREEIRO,  
JUNTO À AVENIDA ALMIRANTE REIS, PELAS 14 HORAS**

### PORQUE DEVEMOS ESTAR PRESENTES

O 25 de Abril de 1974 veio pôr fim à clausura a que estava sujeito todo o Povo Português.

Os mais elementares direitos eram, por sistema, negados às forças produtivas deste País. Entendiam os senhores do nosso destino, aqueles que nos mandavam para a guerra, que os trabalhadores não tinham outro direito além do direito de serem explorados.

Enquanto mesmo nos Países da Europa, com excepção da Espanha, os trabalhadores comemoravam o 1.º de Maio, em Portugal esse dia não passava de mais um dia igual a tantos outros onde abundavam a fome, a miséria e a repressão.

O 25 de Abril veio pôr termo a essa criminosa amputação dos direitos mais elementares dos trabalhadores e, logo no 1.º de Maio de 1974, Portugal foi palco de um dos maiores fenómenos da movimentação de massas de toda a História: o Povo, sem instruções de partidos nem mobilizações orquestradas, veio para a rua, num todo harmonioso sem precedentes na História. Foi uma jornada memorável essa do 1.º de Maio de 1974, a qual se saldou bem na expressão libertadora de um regime que oprimira as forças laboriosas durante quase meio século.

Quatro anos depois dessa memorável data, que assinala bem a determinação de um Povo em abraçar os ideais do 25 de Abril, algumas forças empenhadas no regresso ao 24 de Abril, agitando espantinhos do passado, tentam desmobilizar o Povo das tarefas que por dever de consciência de classe lhes cabem para salvaguardar as sagradas conquistas de Abril. Mas o Povo está determinado e no 1.º de Maio, tal como no 25 de Abril, voltará a estar na rua para mais uma grandiosa jornada de luta. E nós, Deficientes das Forças Armadas, não ficaremos indiferentes.

Nós estaremos presentes porque transpor-

tamos no corpo as marcas desse tempo de repressão!

Nós estaremos presentes porque fomos das maiores vítimas desse tempo escravo!

Nós estaremos presentes porque, enquanto o Povo a que pertencemos era martirizado aqui na sua e nossa terra, o nosso sangue e o sangue dos camaradas que morreram corria em terras africanas e ia engordar aqueles que não gostavam de ver os trabalhadores na rua no 1.º de Maio.

Nós estaremos presentes porque somos parte integrante do Povo que vive do esforço do seu trabalho o qual, desde o primeiro dia, sempre nos apoiou, quer moral quer materialmente.

Nós estaremos presentes neste 1.º de Maio para mostrar aos espantinhos do passado, saudosistas de um tempo que não queremos, que a demagogia das suas palavras e a maldade das suas intenções não encontram receptividade nas nossas consciências de homens vítimas directas do fascismo.

Estaremos presentes porque é nosso dever moral lembrar a este Povo que houve uma guerra de treze anos terríveis e que essa guerra era reflexo da vontade de Salazar e Caetano e de todos os saudosistas que hoje lhes rendem homenagem.

Estaremos presentes porque é lá o nosso lugar como explorados que somos e só com os trabalhadores poderemos, de cabeça erguida, conquistar os direitos por que lutamos e a Sociedade que desejamos. Capacitemo-nos que, com a nossa participação activa, será mais difícil o regresso ao 24 de Abril, tão desejado pelos inimigos da nossa Associação.

Por tudo isto, Camarada Deficiente, não faltes a essa grande jornada que se vislumbra já como uma grandiosa vitória de todos os explorados.

# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977  
ADFA (SEDE)

ACTIVO		PASSIVO	
<b>Disponibilidades</b>		<b>Débitos a curto prazo</b>	
Caixa .....	120 892\$20	Fornecedores .....	444 869\$60
Depósitos à Ordem .....	932 659\$63	Empréstimos Obtidos .....	24 189\$80
	<b>1 053 551\$83</b>	Sector Público Estatal .....	166 559\$50
		Outros Credores .....	77 874\$40
			<b>713 493\$30</b>
<b>Créditos a curto prazo</b>		<b>Débitos a médio e longo prazo</b>	
Depósitos a Prazo .....	2 850 000\$00	Outros Credores .....	1 725 961\$00
Clientes .....	16 628\$90		
Empréstimos Concedidos .....	178 672\$10		
Outros Devedores .....	44 844\$80		
	<b>3 490 145\$80</b>		
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....	<b>2 439 454\$30</b>
<b>Existências</b>		<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	
Mercadorias .....	693 313\$10	<b>Reservas e resultados transitados</b>	
Produtos Acabados e Semi-acabados .....	9 518\$00	Reservas Livres .....	6 242 080\$45
		Resultados Transitados .....	1 620 672\$19
Provisão para Depreciação de Existências .....	(48 806\$00)		<b>7 862 752\$64</b>
	<b>654 025\$10</b>	<b>Resultados apurados no Exercício</b>	
<b>Créditos a médio prazo e longo prazo</b>		Resultados Líquidos .....	339 833\$81
Empréstimos Concedidos .....	57 000\$00		
Outros Devedores .....	1 723 797\$50		
	<b>1 780 797\$50</b>	<b>TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA</b> .....	<b>7 522 918\$83</b>
Provisões para Cobranças Duvidosas .....	(344 791\$80)		
	<b>1 436 005\$70</b>		
<b>Imobilizações</b>			
Imobilizações Financeiras .....	2 000 010\$00		
Provisão para Imobilizações Financeiras .....	(80 000\$00)		
	<b>1 920 010\$00</b>		
Imobilizações Corpóreas .....	1 985 707\$80		
Amortizações e Reintegrações Acumuladas .....	(578 043\$10)		
	<b>1 407 664\$70</b>		
<b>Custos antecipados</b>			
Despesas Antecipadas .....	970\$00		
<b>TOTAL DO ACTIVO</b> .....	<b>9 962 373\$13</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA</b> .....	<b>9 962 373\$13</b>

## EXPLORAÇÃO DA CANTINA-BAR EXERCÍCIO DE 1977

CUSTOS		PROVEITOS	
Existência Inicial .....	70 027\$60	Existência Final .....	177 693\$90
Compras .....	1 031 533\$10	Vendas .....	1 172 491\$90
Fornecimentos e Serviços de Terceiros .....	40 764\$70	Resultado da Exploração .....	110 799\$30
Despesas com Pessoal .....	316 463\$00		
Outras Despesas e Encargos .....	30\$00		
Provisões do Exercício .....	2 166\$70		
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 460 985\$10</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>1 460 985\$10</b>

NOTA: Não foram consideradas as Amortizações e Reintegrações do Exercício.

## EXPLORAÇÃO ELECTRÓNICA EXERCÍCIO DE 1977

CUSTOS		PROVEITOS	
Compras .....	64 298\$90	Vendas .....	117 506\$00
Sub-contratos .....	1 800\$00	Trabalhos para a Própria Empresa .....	4 155\$70
Fornecimentos e Serviços de Terceiros .....	16 781\$20	Resultado da Exploração .....	91 453\$00
Despesas com o Pessoal .....	129 659\$60		
Outras Despesas e Encargos .....	575\$00		
<b>TOTAL</b> .....	<b>213 114\$70</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>213 114\$70</b>

NOTA: Não foram consideradas as Amortizações e Reintegrações do Exercício.

## EXPLORAÇÃO FOTOGRAFICA EXERCÍCIO DE 1977

CUSTOS		PROVEITOS	
Existência Inicial .....	26 078\$40	Existência Final .....	58 744\$40
Compras .....	53 413\$40	Vendas .....	140 575\$30
Sub-Contratos .....	1 491\$60	Trabalhos para a Própria Empresa .....	4 242\$20
Fornecimentos e Serviços de Terceiros .....	99 953\$50	Resultado da Exploração .....	80 852\$20
Despesas com o Pessoal .....	103 477\$00		
<b>TOTAL</b> .....	<b>284 413\$90</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>284 413\$90</b>

NOTA: Não foram consideradas as Amortizações e Reintegrações do Exercício.

## EXPLORAÇÃO DO JORNAL ELO EXERCÍCIO DE 1977

CUSTOS		PROVEITOS	
Compras .....	496 869\$30	Vendas .....	85 550\$00
Fornecimentos e Serviços de Terceiros .....	121 526\$20	Resultado da Exploração .....	735 230\$90
Impostos .....	189\$00		
Despesas com Pessoal .....	200 424\$80		
Outras Despesas e Encargos .....	1 771\$60		
<b>TOTAL</b> .....	<b>820 780\$90</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>820 780\$90</b>

NOTA: Não foram consideradas as Amortizações e Reintegrações do Exercício.

Possui a A. D. F. A., nas mais diversas delegações e Sede, actividade que, embora pelo objecto se possam considerar de económicas, têm vindo a ser desenvolvidas dentro do espírito que à formação presidiu, como meios de reabilitação que se pretende que se-

jam a actividades que prestem serviços aos sócios, passando pelas condições que possuem para a criação de postos de trabalho.

Não se tendo descurado o carácter que as mesmas poderão ter como fonte de receita própria, num futuro da As-

sociação, outros valores se levantaram, valores que, pelo seu contributo a toda uma causa que a associação se propôs defender, motivaram as directivas a esforço e sua consequente organização.

Tendo sido aqueles os objectivos a alcançar com o de-

envolvimento das mais diversas actividades, não se poderia esperar que para as oficinas de tipografia, próteses e electrónica quer para o estúdio fotográfico e bares, que o saldo positivo se traduzisse em termos numéricos, pois não são eles os melhores e

mais perfeitos indicadores do que é despido de qualquer intuito comercial.

Porque o balanço das actividades se deverá traduzir nas etapas já alcançadas e que precedem todos os objectivos apontados, poder-se-á concluir de que foram bem premiados

os esforços feitos nesse sentido, se atendermos a que;

1 — Nas oficinas, mais concretamente na tipografia e na de próteses, o número de deficientes preparados profissionalmente é relevante, alguns

(Continua na pág. seguinte)

# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

(Continuação da pág. anterior)  
tendo mesmo atingido a especialização, enquanto que outros ainda se encontram numa fase de aprendizagem.

2 — Foram bastante significativos os serviços prestados aos sócios pelas diversas oficinas e bares (nalguns destes funcionando restaurante).

3 — Embora não se tendo criado postos de trabalho, pois não possinam as oficinas trabalho que obrigasse a mais admissões, o número de trabalhadores já existente manteve-se.

Não tendo sido o lucro, em termos de numerário, o grande

objectivo que orientou a política da A. D. F. A., na gestão e controle das diversas actividades, verdade é que tal não foi descurado, disse é sintomático a evolução gradual sofrida por todas elas no decorrer do exercício de 1977, com mais incidência na última fase do ano.

Entendeu-se que, quer as oficinas quer os bares, deveriam atingir o estágio da auto-suficiência, estágio em que os encargos inerentes do funcionamento dessas actividades fossem cobertos na íntegra pelas receitas provenientes dos trabalhos cu serviços prestados. Assim, adoptaram-se me-

didias que conduziram a resultados bastante significativos, embora ainda não os pretendidos, resultados que estão bem patentes na evolução sentida em alguns sectores como e a exemplo no Bar da Sede onde se aumentaram progressivamente as vendas (pronúcio de maior procura) e onde os resultados que eram em Julho de 1977 de 96.699\$30 (saldo negativo) no final do ano e referentes aos cinco meses últimos se montaram apenas a 14.100\$00 (saldo negativo).

Deve-se esta diferença de resultados a um aumento considerável na margem de comer-

cialização dos produtos à semelhança do que aconteceu na oficina de electrónica e no estúdio fotográfico. Nestas duas últimas actividades, além do aumento da margem de comercialização, pois a electrónica apresentava nos fins de Julho uma margem de 20 por cento para durante os últimos 5 meses a margem alcançar valores superiores a 100 por cento, outros factores influíram positivamente na melhoria das situações económicas. Na oficina de electrónica, que em Julho apresentava saldo negativo no montante de 74.565\$00 para nos últimos cinco meses esse saldo montar apenas a

16.887\$90, a saída de um trabalhador veio a influir consideravelmente a par do aumento de comercialização já referido. No estúdio fotográfico, aonde não houve redução de pessoal, foi a maior assistência por parte do trabalhador e consequentemente o aumento das vendas que influíram na evolução.

Outros sectores onde estão bem patentes e por conseguinte se conclui dos bons resultados obtidos, são as oficinas de próteses e marcenaria, bem como a cantina e bar da delegação do Porto. Embora quer no bar quer na cantina, a semelhança do que foi o bar da

Sede e porque como atrás se disse sempre estiveram estas actividades embebidas num espírito que não o comercial, os resultados tivessem apresentado sinal negativo (bar-39.158\$ — cantina 97.746\$90), houve um considerável aumento nas vendas em relação a 1976, vendas estas que a aumentaram progressivamente, mantendo-se fixos os custos de estrutura, proporcionarão no próximo ano cobertura total dos encargos inerentes a essa actividades. As vendas das actividades do Porto, montaram em 1977 a 2692.793\$20 quando em 1976 eram apenas de 1063.852\$94.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977 TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Existências Iniciais		Existências Finais	
Produtos acabados e semi-acabados ... ..	292 910\$30	Produtos acabados e semi-acabados ... ..	30 020\$00
Matérias-primas subs. e de consumo .. ..	384 814\$30	Matérias-primas subs. e de consumo .. ..	408 324\$65
			438 344\$65
Custo das Existências Vendidas e Consumidas		Vendas de Mercadorias e Produtos	
Matérias-primas subs. e de consumo .. ..	979 948\$40	Produtos acabados e semi-acabados... ..	2 585 318\$40
Fornecimentos e serviços de terceiros ... ..	203 831\$50	Ganhos extraordinários do Exercício ... ..	675 751\$70
Impostos .. ..	1 802\$00	Utilização de Provisões .. ..	24 000\$00
Despesas com o pessoal .. ..	1 442 937\$30		
	2 638 519\$20		
Perdas extraordinárias do exercício ... ..	62 913\$00		
Perdas ext. exerc. «Créditos Incobr.».. ..	24 000\$00		
Amortiz. e Reint. do Exercício ... ..			
Provisões do Exercício... ..			
Resultado Líquido .. ..	29 453\$75		
	3 723 414\$75		3 723 414\$75

## TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

ACTIVO		PASSIVO	
<b>Disponibilidades</b>		<b>Débitos a Curto Prazo</b>	
Caixa .. ..	12 529\$50	Fornecedores .. ..	147 103\$30
<b>Crédito a Curto Prazo</b>		Sector público estatal .. ..	57 963\$00
Clientes .. ..	1 612 725\$00	Outros credores .. ..	448 295\$20
<b>Existências</b>		Provisões para outros riscos e encargos .. ..	303 363\$20
Produtos acabados e semi-acabados ... ..	30 020\$00		956 724\$70
Matérias-primas subs. e de consumo .. ..	408 324\$65		
	438 344\$65	<b>TOTAL DO PASSIVO</b> ... ..	956 724\$70
<b>Créditos a Médio e Longo Prazo</b>		<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	
Imobilizações corpóreas .. ..	3 726 789\$20	Capital .. ..	619 944\$50
Amortizações e reint. acumuladas .. ..	376 828\$60	Prestações suplementares .. ..	3 308 047\$20
	3 349 960\$60	Resultados transitados .. ..	499 389\$60
			4 427 381\$30
<b>TOTAL DO ACTIVO</b> ... ..	5 413 559\$75	<b>Resultados Apurados no Exercício</b>	
		Resultados líquidos .. ..	29 453\$75
		<b>TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA</b> ... ..	4 456 835\$05
		<b>TOTAL DO PASSIVO E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA</b> ... ..	5 413 559\$75

### TIPOGRAFIA

Numa análise estática à situação financeira da Tipografia, os montantes apresentados pelas diversas rubricas e suas comparações, são bastante significativas da situação de dependência que ainda hoje sente a oficina. Noutros estudos em que se considera a evolução das mesmas rubricas durante o exercício, conclui-se que medidas impostas pela direcção, como a exemplo limitações na concessão de créditos, a quem minimamente

não oferecia garantias de pagamento, contribuíram para uma grande independência da mesma. Os resultados obtidos com as medidas tomadas vislumbram-se nas rubricas que pelo seu carácter se consideram de maior grau de realização, pois não considerando já a desproporcionalidade dos aumentos das rubricas realizáveis e das exigibilidades, parte dos créditos que figuram no balanço e que foram concedidos durante a última fase do ano são créditos a clientes que

pelo seu carácter de organismos estatais se consideram, para todos os efeitos, clientes solventes.

Menos significativo de uma situação de independência é, à semelhança dos anos transactos, o ainda financiamento dos activos fixos (Imobilizado corpóreo) por prestações suplementares. Prevê-se contudo, para os próximos anos, reforço da situação líquida, reforço a alcançar através de lucros, no momento previsíveis, que permitirão o desanuvia-

mento desta situação de dependência da oficina.

Conforme mapas anexos e muito especialmente através do de demonstrações de resultados, apresenta a tipografia escola no exercício de 1977 um lucro, que, embora diminuto, poderá ser sintomático das medidas introduzidas na gestão da mesma.

Enquanto que no exercício de 1976 apresentou aquela oficina um resultado desfavorável

de 509.642\$10, verdade que não lhe foi concedido qualquer subsídio de exploração, no ano de 1977 o resultado foi de sinal contrário, mais concretamente de lucro que se cifrou em 29.453\$75.

Deve-se a melhoria da situação económica não só ao aumento de vendas que se verificou no exercício, como também à redução de outros custos, que se vinha considerando necessária à boa gestão das oficinas. Se os resultados obtidos não foram ainda

os desejados, em parte se deve ao facto de se ter considerado no ano transacto existências de matérias-primas e produtos acabados que de modo algum se poderão considerar os reais, bem como à constituição de provisões para fazer face à anulação de créditos concedidos em anos anteriores e que se consideram neste exercício como duvidosos (a exemplo, crédito de 110.000\$00 concedidos à LUAR).

(Continua na pág. seguinte)

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DE 1977 DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

Existências Iniciais .. ..	17 894\$00	Existências Finais .. ..	8 354\$70
Compras .. ..	14 652\$90	Devolução de Compras .. ..	8 504\$50
Prejuízos Imp. a Exerc. Anteriores .. ..	7 950\$00	Lucro Imp. a Exercícios Anteriores .. ..	17 256\$50
Despesas Gerais .. ..	139 801\$60	Vendas .. ..	19 217\$00
Amortizações e Reintegrações no Exercício .. ..	3 063\$90	Quotas .. ..	6 630\$00
		Donativos .. ..	1 750\$00
		Ofertas de Imobilizado .. ..	14 390\$00
		Dotação da ADFA .. ..	150 000\$00
<b>TOTAL</b> ... ..	226 102\$70	<b>TOTAL</b> ... ..	226 102\$70

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977 DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

ACTIVO		PASSIVO	
<b>Disponibilidades</b>		<b>Débitos a Curto Prazo</b>	
Caixa .. ..	7 370\$10	Devedores e Credores (Sede) .. ..	17 400\$30
Depósitos à Ordem .. ..	30 617\$50		
	37 987\$60	<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	
<b>Existências</b>		Resultado do Exercício Anterior .. ..	12 151\$90
Mercadorias .. ..	8 354\$70	Resultado do Exercício .. ..	42 740\$30
<b>Imobilizações</b>			
Móveis e Utensílios .. ..	30 639\$00		
Amort. e Reintegr. .. ..	4 688\$80		
	25 950\$20		
<b>TOTAL DO ACTIVO</b> ... ..	72 292\$50	<b>TOTAL DO PASSIVO E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA</b> ... ..	72 292\$50

# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

## DELEGAÇÃO DE ANGRA DO HEROÍSMO

Denota esta delegação, com a apresentação das contas re-

ferentes ao exercício de 1977, dificuldade na introdução de um sistema de registos contabilísticos que lhe permita a elaboração de mapas, como c da demonstração de resultados o

balanço e outros, que conduzem a uma perfeita análise das situações económica e financeira do momento. Resulta esta dificuldade da inexistência de trabalhadores minimamente

conhecedores da técnica contabilística que contribuíssem para a apresentação de outros elementos que não apenas entradas e saídas de dinheiros. No entanto e considerando os

fracos conhecimentos, não deixou a delegação de apresentar, devidamente discriminados por meses, verbas representativas de entradas e saídas, conforme mapa que se segue,

que se podem considerar bastante sintomáticas das disponibilidades que a delegação possui mensalmente durante o exercício de 1977.

Mês	Saldo do mês anterior	Entradas	Saídas	Saldo para o mês seguinte
JANEIRO	4 173\$50	—	426\$50	3 747\$00
FEVEREIRO	3 747\$00	—	265\$50	3 481\$50
MARÇO	3 481\$50	50 000\$00	41 736\$10	11 745\$40
ABRIL	11 745\$40	47 500\$00	29 893\$30	29 352\$10
MAIO	29 352\$10	22 500\$00	18 772\$60	33 079\$50
JUNHO	33 079\$50	—	13 699\$30	19 380\$20
JULHO	19 380\$20	26 250\$00	40 337\$70	5 292\$50
AGOSTO	5 292\$50	23 000\$00	16 988\$00	11 304\$50
SETEMBRO	11 304\$50	23 000\$00	28 468\$70	5 835\$80
OUTUBRO	5 835\$80	21 000\$00	16 709\$50	21 000\$00
NOVEMBRO	10 126\$30	24 000\$00	23 677\$40	10 126\$30
DEZEMBRO	10 448\$90	50 000\$00	48 615\$60	60 448\$90

## DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA

Atendendo a que a actividade desta delegação se limitou os últimos três meses do ano, durante os quais funcionou como delegação provisória e ainda porque não possui a mesma órgãos directivos experientes, não foi viável a apresentação por parte dela de ele-

mentos contabilísticos que permitissem a elaboração do mapa de demonstração de resultados e do balanço, à semelhança das outras delegações. No entanto e na falta de discriminação desses elementos, apresenta a delegação números bastante significativos do que foi a sua actividade durante o trimestre.

Em reunião do Secretariado Nacional de 1-10-1977, aquan-

do da deliberação do mesmo órgão sobre a abertura da delegação como delegação provisória, foi a esta concedido um subsídio no montante de 69.039\$00 para fazer face ao reembolso de verbas despendidas pelos sócios até à data, despesas devidamente documentadas e apresentadas. Na mesma reunião e tendo em conta despesas fixas e variáveis necessárias ao bom fun-

cionamento da delegação, decidiu o Secretariado Nacional conceder a verba de 40.000\$00 a enviar em ducécimos, durante o trimestre. Esta verba, como é óbvio, veio a fazer face a remunerações do trabalhadores durante este período, bem como às rendas das instalações ocupadas. Além destes encargos, outros menos significativos houveram, como a exemplo material de expedien-

te, deslocações do trabalhador aquando em serviço, etc., que foram não só cobertas, em parte, pelos ducécimos atribuídos, como também pelas receitas da venda de materiais adquiridos à Sede. Pelos encargos cobertos com a verba atribuída (40.000\$00), se conclui que a situação económica da delegação é bastante satisfatória, como também o é a financeira, se se considerar

que o saldo apresentado pela caixa em 31-12-77 era de 13.487\$00, que os valores imobilizados já eram no momento superiores a uma dezena de milhares de escudos (Refer-se a aquisição de estantes no montante de 7000\$00) e que possuía a delegação material para venda que se encontrava completamente pago.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1977 DELEGAÇÃO DO PORTO

Existências iniciais	724 316\$41	Vendas	2 659 365\$75
Compras	2 375 583\$00	Trabalhos p/ A. D. F. A.	33 427\$51
Existências finais	(1 381 093\$00)	Trab. acabados e semi-acabados	2 692 793\$26
Custo existenc. consum.	1 718 806\$41	Regul. de existenc.	399 313\$54
Fornec. e serv. terceiros	520 329\$51	Dotações E. M. G. F. A.	53 229\$20
Despesas c/ pessoal	2 438 232\$50	Outros subsídios	2 029 247\$00
Outras desp. e encargos	49 085\$60	Receitas supl. ordin.	264 755\$50
Reinteg. amortizações	293 051\$57		257 626\$80
Resultados líquidos	677 459\$71		
<b>TOTAL</b>	<b>5 696 965\$30</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5 696 965\$30</b>

## BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977 DELEGAÇÃO DO PORTO

ACTIVO		PASSIVO	
Disponível		Débitos c/ Prazo	
Caixa	72 618\$50	Fornecedores	962 503\$50
D. Ordem	1 079\$50	Sect. Publ. estatal	135 360\$00
<b>Créditos c/ Prazo</b>		Deleg. Chaves	100 000\$00
Clientes	85 232\$14	Deleg. Bragança	12 667\$00
Fornecedores	900\$00	<b>Situação Líquida</b>	
Emprést. concedidos	1 000\$00	Ducécimo enviados em 1975	403 456\$60
Outros Devedores	6 726\$70	Ducécimos enviados em 1976	2 966 666\$80
<b>Existências</b>		<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	
Material armazém	1 780 406\$54		3 370 123\$40
<b>Imobilizado</b>			677 459\$71
Imobiliz. corp.	1 933 311\$79		
Reintegrações	293 051\$57		
Resultado do exercício de 1976	1 640 260\$22		
<b>TOTAL ACTIVO+SITUAÇÃO ATRASADA ...</b>	<b>5 258 113\$61</b>	<b>TOTAL PASSIVO+SITUAÇÃO LÍQUIDA ...</b>	<b>5 258 113\$61</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1977 OFICINA DE PRÓTESES

Possui a Delegação do Porto no final do exercício de 1977 situação que, embora não devendo aos resultados obtidos nas diversas actividades (oficinas bar e cantina), se pode considerar bastante satisfatória, se se atender a que os activos realizáveis de montante igual a 1947.620\$00 se encontram em grande parte financiados por uma situação líquida adquirida.

débito a fornecedores (962.503\$50). Assim não acontece porque, mesmo desprezando prazos obtidos, a delegação possui stock considerável que permitirá solver compromissos a muito curto prazo. Além das existências de que dispõe, embora parte delas não devam ser consideradas de valores realizáveis, mínimo indispensável à elaboração e que lhe permitirão fazer face ao imediato.

Existência inicial	615 879\$30	Vendas	1 828 210\$50
Compras	1 716 070\$18	Trab. acabados e semi-acabados	349 313\$54
Existências finais	(1 221 139\$14)	Resultados líquidos do exercício	47 953\$59
Cust. mater. consum.	1 110 810\$34		
Fornecimentos de terc.	38 038\$19		
Serv. de terceiros (1)	32 978\$40		
Serv. de terceiros (2)	4 958\$30		
Despesas c/ pessoal	793 424\$39		
Outras Despesas	18 129\$90		
Reint. e amortizações	227 138\$11		
<b>TOTAL</b>	<b>2 225 477\$63</b>		<b>2 225 477\$63</b>

# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1977 OFICINA DE MARCENARIA

Existências iniciais .....		Vendas .....	275 182\$14	
Compras .....	182 589\$90	Trabalhos p/ A. D. F. A. ....	33 427\$51	308 609\$66
Existências finais .....	(41 718\$24)	Trabalhos acabados e semi-acabados .....		50 000\$00
Custo das existências consumidas .....	140 871\$66	Resultado líq. do exercício .....		51 129\$27
Fornec. de terceiros .....	8 143\$20			
Serv. de terceiros (1) .....	12 366\$20			
Serv. de terceiros (2) .....	111\$40			
Despesas c/ pessoal .....	231 352\$90			
Reint. e Amortizações .....	16 893\$57			
<b>TOTAL .....</b>	<b>409 738\$93</b>	<b>TOTAL .....</b>	<b>409 738\$93</b>	

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1977 BAR

Existências iniciais .....	85 200\$50	Vendas .....	272 408\$10
Compras .....	244 362\$29	Regul. existências .....	42 165\$00
Existências finais .....	(110 825\$72)	Result. líq. exerc. ....	59 158\$19
Custo das existências consumidas .....	218 737\$07		
Fornec. de terceiros .....	2 469\$40		
Serv. de terc. (1) .....	9 884\$00		
Despesas c/ pessoal .....	130 377\$43		
Reint. e Amort. ....	12 263\$39		
<b>TOTAL .....</b>	<b>373 731\$29</b>	<b>TOTAL .....</b>	<b>373 731\$29</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1977 CANTINA

Existências iniciais .....	23 235\$84	Vendas .....	283 565\$00
Compras .....	232 861\$70	Regul. existências .....	11 064\$20
Existências finais .....	(7 409\$90)	Resultado líquido do exercício .....	97 746\$12
Custos das existências consumidas .....	248 687\$64		
Fornec. de Terceiros .....	8 327\$20		
Serv. Terceiros (1) .....	11 173\$00		
Despesas c/ Pessoal .....	118 810\$00		
Reint. e Amortizações .....	5 377\$48		
<b>TOTAL .....</b>	<b>392 375\$32</b>	<b>TOTAL .....</b>	<b>392 375\$32</b>

Em análise aos elementos contabilísticos que oferecem as oficinas de próteses e marcenaria da Delegação do Porto as considerações económicas que delas se tiram são, entre outras:

- Aumento das vendas em

relação ao exercício de 1976. — Inexistência de saldo positivo resultante de aumentos salariais, bem como de encargos com especializações de trabalhadores. — Consideráveis reintegrações no exercício sobrecarregando em proveito de outros.

Caracterizaram-se estas actividades pela expansão havida durante o ano e que se veio traduzir no aumento significativo das receitas provenientes de vendas em relação ao exercício transacto. Não fo-

ram a receitas, contudo, suficientes para compensar encargos de que as actividades foram imputadas, como sejam matérias primas consumidas, mão de obra, etc., estádio que se considera próprio de qualquer oficina em expansão. Es-

teve na origem desta inviabilidade, de cobrir custos com a receita de vendas, os aumentos salariais previstos na tabela salarial que entrou em vigor no início do ano. Outros encargos lançados no exercício de 1977 e que em parte con-

tribuíram para que não se tivesse alcançado a situação económica desejada forma as reintegrações efectuadas, que, pelo não cumprimento da especialização dos exercícios vieram sobrecarregar este exercício em proveito de outros.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1977 DELEGAÇÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Existências iniciais .....	5 049\$50	Vendas no Bar .....	88 014\$50
Compras .....	85 200\$00	Subsídio E. M. G. F. A. ....	296 715\$60
Existências finais .....	(7 875\$20)	Outros subsídios .....	50 000\$00
Custo exist. consum. ....	82 374\$87	Receit. suplem. ....	33 512\$50
Forn. de terceiros .....	17 063\$30		
Serv. de terceiros .....	38 442\$40		
Despesas c/ pessoal .....	185 000\$00		
Outras despesas .....	14 240\$00		
Reint. e amortização .....	13 407\$94		
Result. do exercício .....	117 714\$09		
<b>TOTAL .....</b>	<b>468 242\$60</b>	<b>TOTAL .....</b>	<b>468 242\$60</b>

## DELEGAÇÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO BALANÇO SINTÉTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

ACTIVO		PASSIVO	
<b>Disponibilidades</b>		<b>Débitos a Curto Prazo</b>	
Caixa .....	4 174\$03	Fornecedores .....	35 787\$90
Depósitos à Ordem .....	46 246\$60	Sector Estatal .....	6 193\$00
	50 420\$63	Credores p/ taras .....	1 329\$00
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....	<b>43 309\$90</b>
<b>Créditos a Curto Prazo</b>		<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	
Fornecedores .....	3 372\$00	Resultados Líquidos .....	117 714\$09
Empréstimos Concedidos .....	5 500\$00		
	8 872\$00		
<b>Existências</b>		<b>TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA</b> .....	<b>161 023\$99</b>
Bar .....	7 875\$80		
<b>Imobilizações</b>			
Imobilizações corpóricas .....	107 263\$50		
Reintegrações .....	13 407\$94		
	93 855\$56		
<b>TOTAL DO ACTIVO</b> .....	<b>161 023\$99</b>		

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1977 DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA

Encargos c/ Pessoal .....	121 491\$00	Vendas .....	1 880\$50
Serviços e Fornecimentos terceiros .....		Subsídio E. M. G. F. A. ....	152 004\$00
Deslocações .....	2 325\$00	Quotização .....	
Correios, Telefones Água e Luz .....	3 239\$00	Anos Transactos .....	3 555\$00
Outras despesas .....	7 036\$60	Ano de 1977 .....	8 250\$00
Resultado do Exercício .....	31 697\$90		
<b>TOTAL .....</b>	<b>165 599\$50</b>	<b>TOTAL .....</b>	<b>165 599\$50</b>

# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1977 DELEGAÇÃO DE VISEU

Existências Iniciais .....	5 290\$50	Subsídio recebido da Sede .....	871 896\$30
Compras .....	66 176\$80	Subsídio p/ n/ Instalações .....	30 000\$00
Existências Finais .....	(25 704\$30)	Subsídio da D. G. D. Viseu .....	5 000\$00
Custo das Existências Vendidas .....	45 763\$00	Vendas .....	53 600\$40
Subsídios enviados a Deleg. ....	463 000\$00	Recebimentos d quotas .....	58 464\$50
Encargos com Pessoal .....	324 684\$70	Recebido do S. S. F. A. ....	6 546\$30
Outras Despesas c/ Pessoal .....	50 618\$90	Outras receitas .....	20 731\$30
Fornecimentos e Serv. de Terc. ....	113 199\$90		
Impostos e Taxas .....	4 835\$10		
Outras Despesas .....	15 044\$00		
Reintegrações e Amortizações .....	14 083\$80		
Resultado do Exercício .....	15 009\$80		
	<u>1 046 238\$80</u>		<u>1 046 238\$80</u>

## BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977 DELEGAÇÃO DE VISEU

ACTIVO		PASSIVO	
DISPONIVEL		EXIGIVEL	
CAIXA		FORNECEDORES .....	11 073\$00
— Em numerário .....	25 689\$00	RESERVA .....	167 074\$50
IMOBILIZADO			
EXISTENTE	140 838\$00		
DEPRECIAÇÃO .....	14 083\$00		
REALIZAVEL			
EXIST. DE:			
Artig. P/Vend. ....	11 530\$00		
Merc. de Bar .....	14 174\$00		
	<u>178 147\$50</u>		<u>178 147\$50</u>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1977 DELEGAÇÃO DE COIMBRA

Existência Inicial .....	29 345\$00	Existência Final .....	133 695\$00
Compras .....	565 880\$10	Vendas .....	601 691\$00
Serv. e Forn. Terc. ....	54 570\$10	Sub. Dest. Explor. ....	301 000\$00
Encargos c/ Pes. ....	327 650\$70	Outr. Rec. (quot.) .....	29 642\$50
Reint. e Amort. ....	14 185\$50	Rec. Suplem. ....	24 474\$50
Result. Exercício .....	99 871\$60		
	<u>1 091 503\$00</u>		<u>1 091 503\$00</u>

## BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977 DELEGAÇÃO DE COIMBRA

ACTIVO		PASSIVO	
Disponível		Débitos a curto prazo	
Caixa .....	52 094\$60	Fornecedores .....	38 722\$10
D. Ordem .....	11 252\$80	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Realizável		Reservas .....	116 118\$20
Artigos em Armazém .....	783\$20	Resultado do exercício .....	99 871\$60
Mercadoria no Bar .....	31 139\$80		
Vasilhame Caução .....	1 772\$00		
Imobilizado			
Móveis e Utensílios .....	141 855\$00		
Reintegração Amort. ....	14 185\$00		
TOTAL ACTIVO .....	<u>304 711\$90</u>	TOTAL PASSIVO+S. LIQ. ....	<u>304 711\$90</u>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1977 DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO

Existência Inicial .....	2 187\$80	Existência Final .....	16 635\$50
Compras .....	30 739\$40	Vendas .....	17 530\$00
Despesas com Pessoal .....	121 556\$50	Subsídio Destinado à Exploração .....	161 000\$00
Fornecimentos e Serviços de Terceiros .....	47 855\$90	Outras Receitas (Quotas) .....	24 810\$00
Outras Despesas e Encargos .....	8 587\$00		
Reintegrações e Amortizações .....	7 996\$20		
Resultado do Exercício .....	1 052\$70		
	<u>219 975\$50</u>		<u>219 975\$50</u>

## BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977 DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO

ACTIVO		PASSIVO	
Disponibilidades		Débitos a Curto Prazo	
Caixa .....	201\$90	Empréstimos Obtidos .....	2 000\$00
Existências		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Material para Venda .....	9 768\$50	Reservas .....	85 749\$50
Mercadorias-Bar .....	6 866\$50	Resultado do Exercício .....	1 052\$70
Imobilizado Corpóreo			
Móveis e Utensílios .....	79 961\$50		
Reintegrações e Amortiz. ....	7 996\$20		
TOTAL DO ACTIVO .....	<u>88 802\$20</u>	TOTAL DO ACTIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA .....	<u>88 802\$20</u>

# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DE 1977  
DELEGAÇÃO DE ÉVORA

<b>Encargos com Pessoal</b>				<b>Subsídios Destinados à Exploração</b>	
Remunerações	198 750\$00		Duodécimos	294 500\$00	
Empreg. Limpeza	18 680\$00		<b>Vendas</b>		
Cx. Previdência	6 273\$00	223 703\$00	Resultados c/ Vendas	17 725\$50	
<b>Serviços e Fornecimentos de Terceiros</b>			<b>Outras Receitas</b>		
Telecomunicações	9 394\$80		Quotização	21 070\$00	
Correios	6 430\$00				
Deslocações	22 351\$00				
Material de Escritório	23 410\$00				
Material de Limpeza	4 097\$10				
Electricidade	6 483\$10	72 166\$00			
<b>Outros Custos de Gestão</b>					
Diversos		21 857\$70			
<b>Resultado do Exercício</b>		15 568\$80			
		<b>333 295\$50</b>			<b>333 295\$50</b>

Não foram apresentados elementos por Évora que permitam a elaboração do Balanço do Exercício de 1977.

A semelhança da Delegação de Angra do Heroísmo e pelas razões que para aquela foram apontadas, teve esta Delegação dificuldades na apresentação de registo contabilísticos que permitissem a elaboração do balanço final. Embora os elementos apresentados não tivessem permitido a elaboração do balanço, permitiram a apresentação da demonstração conforme anexo e que se pode considerar elucidativo do que foi a actividade desta delegação no campo da gestão financeira.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO CENTRAL

O relatório e contas da Direcção Central, relativos à actividade de 1977 e apresentados a este Conselho Fiscal de acordo com a Lei e Estatutos, traduzem claramente a actividade associativa da A. D. F. A.

De notar que as peças contabilísticas apresentadas estão de acordo com os princípios contabilísticos aceites, revelando um esforço, quer da parte da Direcção Central quer das Direcções de Zonas e Delegações, com vista a dar aos associados uma informação concisa relativamente à gestão das várias actividades desenvolvidas.

Os relatórios e contas das Zonas Norte, Centro e Sul foram aprovados oportunamente, em Assembleias Gerais de Zona de acordo com os termos estatutários.

Este Conselho Fiscal acompanhou de perto, como lhe compete, o desenrolar dos actos praticados pelos vá-

rios Órgãos Sociais, verificando-se o cumprimento das disposições estatutárias e regulamentares e, até ao final do exercício, não se verificou nenhum pedido de esclarecimento sobre a situação económica e financeira da A. D. F. A. por parte de qualquer sócio.

Entende este Conselho Fiscal recomendar que, sem prejuízo das actividades decorrentes, a Direcção Central promova uma melhor cobertura a nível nacional da A. D. F. A., através da aplicação dos recursos financeiros existentes e dando satisfação aos anseios dos associados, aliás contemplados pelo relatório apresentado, fazendo por cumprir na íntegra o programa apresentado quando das eleições.

Assim, propomos que: — Seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 1977 apresentado pela Direcção Central da A. D. F. A.

## ÁGUA MOLE EM PEDRA DURA...

Diz o Povo, na sua imensa sabedoria: «Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura».

É nesta base que voltamos hoje a abordar um assunto que não é novo para quem nos lê, pois muitas vezes aqui tem sido tratado.

Trata-se da transformação das mentalidades que ansiamos ver operadas.

Efectivamente, muitas vezes temos afirmado, e continuaremos a afirmar, que os deficientes não podem ser um peso morto no nosso País. É urgente a criação de infra-estruturas que habilitem o deficiente de maneira a poder entrar no mundo laboral. As capacidades dos deficientes, embora reduzidas num ou outro sector, podem e devem ser aproveitadas.

É necessária a criação de estruturas tais que os pais deste país que tenham filhos deficientes saibam que aos seus filhos está reservado um futuro. Um futuro diferente daquele que milhares de deficientes são forçados a construir.

Muitas vezes temos afirmado que o triste e lamentável «espectáculo» que constituem os deficientes às portas públicas mendigando o seu sustento deve ser, urgentemente, banido.

Ao Estado, através dos seus órgãos de soberania compete providenciar no sentido de se acabar com a medicação.

Todo aquele que pode trabalhar deve honestamente angariar a sua subsistência concorrendo, de igual para igual, no mercado de trabalho. Aqueles outros que por idade ou doença não podem desenvolver qualquer actividade devem ser protegidos pelo Estado através de instituições criadas para esse fim.

Nenhum Estado se poderá declarar verdadeiramente democrático, enquanto no seu seio forem marginalizados grupos de pessoas. Acontece que no Portugal de hoje os deficientes e reformados são marginalizados. Ninguém pode negar o terrível drama que é o dia-a-dia do reformado.

Igualmente terrível e humilhante é o dia-a-dia daquele que, por razões várias, tem que mendigar o seu sustento. Tais situações não podem continuar, sob pena de ameaçarem a Democracia.

É urgente, e necessário, que os direitos e deveres sejam iguais para todos os cidadãos. Para tal todos teremos que dar um passo nesse sentido. E um passo importante a dar, é o saneamento das mentalidades. Mentalidades que albergam ideias erróneas e perfeitamente descaídas neste último quartel do século XX.

## MARGINAIS UM MAL SOCIAL EM CRESCIMENTO

Tem-se vindo a notar, ultimamente, um cada vez maior número de marginais na nossa sociedade, bem como uma intensificação das actividades por eles desenvolvidas.

Os marginais, indivíduos que ao contrário dos cidadãos comuns não vivem do seu trabalho, constituem um mal e uma preocupação social com que se debatem as sociedades ocidentais, que se revelam impotentes para travar a sua acção.

Vivendo do crime, do roubo e da prostituição, os marginais constituem um grupo social devidamente referenciado pela Polícia e pelos tribunais. As leis brandas e a actuação passiva da Polícia, devido à brandura da lei, têm permitido que, de dia para dia, em vez de assistirmos a uma redução dos efeitos da marginalidade, verifica-se antes uma intensificação desses efeitos.

Entretanto as pessoas que labutam no seu quotidiano sentem-se cada vez mais ameaçadas pelas actividades dos marginais, a própria sociedade sente-se insegura, enquanto o poder não define e executa uma política global e eficiente que ponha termo a tais acções, que recupere e reintegre na sociedade todos aqueles que levam uma vida de parasitas, e que crie condições para que, de futuro, qualquer cidadão menos afortunado não corra o risco de ser atraído para uma vida que significa a sua própria destruição como ser humano e social.

É preciso, antes de responsabilizar os marginais em si, responsabilizar os governos e quem manda. É preciso acusar os governos antes de acusar a própria Polícia pela sua actuação considerada passiva.

Os marginais, homens ou mulheres para quem a vida em determinado momento foi difícil não tiveram a força suficiente (por falta de formação e condições — cuja responsabilidade cabe já aqui,

aos governos) para resistir a adversidade do momento deixam-se levar para uma aparentemente vida fácil e compensadora, donde, depois, dificilmente, por si sós, são capazes de sair.

Uma vez apanhados a roubar ou a praticar outros crimes, são encerrados em prisões, onde têm oportunidade de fazer estágios completos com outros marginais mais experimentados, saindo assim da prisão preparados para desenvolverem acções mais prejudiciais do que quando para lá entraram.

Sabe-se que indivíduos que cumprem penas por crimes pequenos saem da prisão aptos a assaltar bancos, por exemplo.

Mas serão os marginais um mal necessário desta sociedade? Parece-nos bem que sim. Parece-nos bem que os marginais, tal como os marginalizados são condição necessária para que esta sociedade seja a sociedade que é. E a questão terá que se pôr assim: Só deixarão de existir marginais quando se operar uma real transformação desta sociedade no sentido de uma sociedade mais equilibrada e justa. Se assim é, quem está interessado em acabar com os marginais?

### O QUE É A SAÚDE?

Segundo a Organização Mundial de Saúde, «saúde é o estado de bem-estar físico, mental e social completo, e não só ausência de enfermidade e minúscula».

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio de Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA.

### Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome .....

Morada .....

Localidade .....

#### PORTUGAL

ANUAL ... .. 100\$00

SEMESTRAL ... .. 50\$00

#### ESTRANGEIRO

ANUAL ... .. 200\$00

SEMESTRAL ... .. 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)

JUNTO ENVIO CHEQUE VALE DE CORREIO

(Riscar o que não interessa)

Tiragem deste número 8000 exemplares

## OFICINA DE TIPOGRAFIA DA A D F A

EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA

# 25 DE ABRIL

## 1974

## 1978

# ANO V DA LIBERDADE

25 de Abril é uma data querida dos portugueses. Os olhos humedecem-se de lágrimas de felicidade ao recordarmos um dos mais belos dias da história de Portugal.

As imagens que apresentamos aos nossos leitores dispensam qualquer legenda. Elas, as imagens, estão gravadas nos nossos corações.

O que foi o 25 de Abril? Um belo poema? Um sonho tornado realidade? O 25 de Abril foi o fim da tenebrosa guerra colonial. Foi o fim do vampirismo. O fim da repressão fascista. Foi a Liberdade, foi a esperança.

Duro tem sido o caminho percorrido desde o 25



de Abril de 1974. A cada passo uma nova armadilha se estende.

Mas o que é importante é que todos saibamos que somos nós o 25 de Abril, somos os cravos vermelhos que inundaram ruas, carros de combate, soldados, Povo, que somos suficientemente fortes para ultrapassarmos as barreiras. É importante que não queiramos voltar atrás. E só regressaremos se nós quisermos.

Nós somos o futuro promissor, livre, justo. É esse o legado que a história e os nossos filhos esperam de nós.

Conhecemos suficientemente bem o passado, para não nos deixarmos embalar nos contos que alguns nos querem impingir.

Nós, deficientes das Forças Armadas, ainda temos na boca o gosto do sangue vertido por pátrias que não eram nossas, por interesses que não nos pertenciam. As marcas que transportamos testemunham uma época que alguns tentam colorir.

Fracas telas seremos nós se consentirmos que pintem de rosa as nossas cicatrizes.

A escuridão ficou para trás. O sol da esperança



para sobre nós, aquece os nossos corações. O trabalho espera-nos. Temos um país a construir, com bases sólidas para que não se esmorece. Os obreiros que sabotam essas bases devem ser apontados, recuperados para a luta comum que afinal é o bem-estar social para todos os portugueses.

Pertencemos, nós deficientes, a um extracto social tradicionalmente marginalizado. Hoje temos voz para nos fazermos ouvir. A pouco e pouco a sociedade vai compreendendo que os deficientes são parte integrante dessa sociedade. Que são úteis, que são válidos, que apenas procuram a oportunidade que sempre lhes foi vedada.

Existe um jornal — O ELO — que está no seu 4.º ano de contínua denúncia.

Uma revista — Margem — foi criada para abordar os assuntos dos deficientes. Um outro jornal — Associação — existe igualmente voltado para a problemática dos deficientes.

E tudo isto é possível graças à manhã libertadora do 25 de Abril.

Voltarmos ao passado é voltarmos ao lugar que tiranicamente nos impunham. Voltarmos ao passado

com que alguns sonham é voltarmos aos grilhões, às galés, ao chicote.

Os duros golpes desferidos em Abril ainda não conseguiram murchar os cravos nos nossos corações. Eles estão vermelhos, viçosos, pois são regados com a nossa esperança.

No Povo ainda não foi banido o Abril radioso e o Maio de luta. O Povo não pisou o cravo da Liberdade.

Ai de quem por caminhos vários, sinuosos, com argumentos de qualquer espécie tente esmagar o cravo vermelho. O Povo não lhe perdoará. O lupar desses «democratas de pés-de-veludo» não é aqui.

Aqui é o lupar da Igualdade.

Aqui é o lugar da Justiça.

Aqui é o país novo.

Aqui é o Portugal dos portugueses

